



ACTA N.º 2/2011

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 25 DE JANEIRO DE 2011

Aos vinte e cinco dias do mês de Janeiro, de dois mil e onze, no auditório do Centro Associativo Municipal desta cidade, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os deputados: Daniel Casaleiro Presidente da Junta de Freguesia de Carvide, Amílcar Gaspar Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes, substituído por João José Duarte, José Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Memória, Hilário Estrada Presidente da Junta de Freguesia de Bajouca, José Manuel Cunha Presidente da Junta de Freguesia da Barreira, substituído por Manuel Cordeiro Pereira, Mário Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista, substituído por Elisabete Santos, Leonel Costa substituído por Carlos Conceição, Domingos Carvalho substituído por Carlos Duarte, Ana Elisa Santos substituída por Maria Célia Gordo, António Sequeira substituído por Cidália Domingues, José Manuel Silva substituído por Micael Sousa, e, Rui Ferreira Silva, substituído por Mário Canário.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes: o senhor Presidente, Raul Miguel Castro, e os senhores vereadores: Maria de Lurdes Machado, Gonçalo Lopes, Isabel Maria Gonçalves, Lino Pereira, Neusa Magalhães, Blandina Oliveira, António Martinho Gomes, José Benzinho da Silva e Filipa Esperança.

A sessão foi presidida pelo senhor Carlos Manuel Bernardo Ascenso André, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores deputados José Alves e Maria Manuela Santos, 1º e 2º secretários da Mesa respectivamente.

Havendo quórum, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 21.20 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**



Ponto um.....	4
PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;	
Ponto dois.....	6
PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE COLMEIAS – ALTERAÇÃO DO OBJECTO – Apreciação, discussão e votação;	
Ponto três.....	7
ANÁLISE DA POLÍTICA DESPORTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA E DA SITUAÇÃO DA LEIRISPORT, EM – Apreciação e discussão;	
Ponto quatro.....	53
AUDITORIA FINANCEIRA AO MUNICÍPIO DE LEIRIA (EXERCÍCIOS DE 2006 A 2009) – Apreciação e discussão nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09;	



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhoras e senhores deputados queiram fazer o favor de ocupar os vossos lugares. Boa noite, vamos então iniciar esta sessão extraordinária convocada nos termos legais e regimentais, não há lugar, como sabem, a período de “antes da ordem do dia”, e sendo a acta um documento que deve ser aprovado nesse período, não há lugar à aprovação da acta da reunião anterior, também não há o problema que se colocava nessa sessão, porque os pontos que eram de execução imediata foram objecto de aprovação da acta em minuta, e portanto, neste caso podemos perfeitamente ultrapassar essa questão e deixar a acta para próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal. E posso dizer, se me é permitido fazê-lo, que tenciono convocar essa sessão para a última sexta-feira do mês de Fevereiro, dia 25. Tínhamos falado na hipótese de fazer outra calendarização, mas como eu não anunciei isso em tempo e já nem sequer estaríamos em tempo de fazer a convocação para aquele dia que eu tinha dito, e também não se justificaria, uma vez que essa sessão é uma sessão com muito poucos pontos, normalmente, e portanto não há ainda agenda suficiente. E o mais prático e o mais seguro será deixarmos essa sessão para o dia 25 de Fevereiro, manteremos essa tradição. No decurso do



mês de Fevereiro informarei as senhoras e senhores deputados, por correio electrónico, das datas de realização da Assembleia Municipal, datas previsíveis bem entendido, porque podem ser alteradas, ao longo do ano, para que possamos todos organizar as nossas agendas em conformidade com essa calendarização.

Tenho várias justificações de faltas com indicação da respectiva substituição: o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes que se faz substituir pelo secretário da Junta de Freguesia, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista que se faz substituir pela secretária da mesma Junta de Freguesia, Elisabete Santos, a senhora deputada Ana Elisa Santos que se faz substituir pela deputada Célia Gordo, o senhor deputado José Manuel Silva é substituído pelo deputado Micael Sousa, o senhor deputado Domingos Carvalho é substituído pelo deputado Carlos Duarte, o senhor deputado Rui Silva é substituído pelo senhor deputado Mário Canário, o senhor deputado Leonel Costa é substituído pelo senhor deputado Carlos Conceição, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira é substituído pelo secretário da Junta de Freguesia, e o senhor deputado António Sequeira é substituído pela deputada Cidália Domingues, e que me pediu para dizer que é por um motivo de força maior, pelo falecimento de uma pessoa de família próxima.

Como sabem, depois de feito o Edital e feita a primeira convocatória foi-me solicitada a inclusão de mais dois pontos na ordem de trabalhos. A ordem de trabalhos tinha apenas os dois pontos que tinham sido objecto de requerimento em seu tempo, um proposto pela bancada do PSD e pela bancada do CDS-PP, em conjunto, o outro proposto pela bancada do Partido Socialista. Foi-me, entretanto, solicitado pela Câmara Municipal que incluísse um terceiro ponto – Protocolo de Delegação de Competências com Juntas de Freguesia do concelho de Leiria, e, um quarto ponto – Protocolo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Colmeias – Alteração do Objecto.

Atendendo a que estes protocolos de delegação de competências com Juntas de Freguesia por via de regra são pontos pacíficos na ordem de trabalhos, eu queria fazer a proposta formal de alteração da ordem de trabalhos, para que estes pontos possam ser resolvidos a contento, aliás, das Juntas de Freguesia. E portanto a minha proposta é de que o ponto três passasse a ponto um, o ponto quatro passasse a ponto dois, o ponto um passasse a ponto três e o ponto dois passasse a ponto



quatro. Ficou claro? Alguém pretende discutir esta proposta, parece-me algo consensual, foi isso, aliás, que me levou a fazer a proposta.

Não vejo ninguém com intenção de se inscrever, colocarei a minha proposta de alteração à ordem de trabalhos à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por unanimidade, aprovar a proposta e alterar a ordem de trabalhos nos termos da mesma.

ORDEM DO DIA

1.PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Pergunto ao senhor Presidente da Câmara se pretende apresentá-lo? Faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Senhor Presidente, senhores deputados, boa noite!

Trata-se do protocolo que anualmente é feito, de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, e que dando sequência aos procedimentos habituais, é aqui presente hoje à Assembleia. Serve para a composição do Fundo Municipal de Apoio Técnico e também para o Fundo Municipal da Delegação de Competências. Tem um mapa anexo com a atribuição dos valores que foram definidos mediante critérios já do conhecimento de todos, e portanto é isto que submetemos aqui à apreciação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende inscrever-se?

O senhor Presidente de Junta da Freguesia do Arrabal.



DEPUTADO ARLINDO BRITES (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO ARRABAL)

Boa noite.

Arlindo Brites, Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal.

Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, caros colegas Presidentes de Junta, comunicação social.

Eu aguardava que o senhor Presidente da Câmara, neste ponto, fizesse um pedido de desculpas às Juntas de Freguesia por só agora trazer este ponto à assembleia.

Como o senhor Presidente da Câmara sabe, esta delegação de competências transfere uma competência, que pertence ao Município, para as Juntas de Freguesia. Já peca por ser curta em termos de verbas, mas atrás dessa delegação de competências, está a contratação de pessoal por parte das Juntas de Freguesia, e as Juntas e Freguesia não tendo a delegação de competências aprovada em tempo útil, não podem suspender o pagamento ao pessoal, mas a Câmara vai suspender às Juntas de Freguesia. O assunto vindo só agora à Assembleia Municipal, quando deveria ter vindo em Dezembro, só poderá ser ratificado nas assembleias de freguesia em Abril. Eu sei que o senhor Presidente me vai dizer que poderemos fazer assembleias extraordinárias, mas para as freguesias migalhas também são pão, e as assembleias extraordinárias, nas vinte e nove freguesias do concelho, representam uma verba significativa.

Eu esperava que o senhor Presidente tivesse a sensibilidade para pedir desculpa às freguesias por mais este incómodo, porque agora só em Abril é que vamos receber as verbas. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Não vejo mais nenhuma manifestação de inscrição, e colocarei este ponto à votação.

Senhor Presidente pretende dar algum esclarecimento?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Seguramente que por razões devidamente comprovadas, na nossa perspectiva, não foi possível vir antes. Mas também quero dizer ao senhor Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal, e independentemente de depois querer ter uma conversa consigo face a algumas coisas que me foram transmitidas, que vamos tentar que a antecipação das verbas por duodécimos seja concretizada o mais rápido possível,



sem prejuízo, obviamente, das eventuais correcções para aqueles que não assinarem o protocolo. Já aconteceu isso, e portanto também nós assumiremos a mesma posição, porque também não queremos que haja qualquer prejuízo para as Juntas de Freguesia.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Vou então colocar este ponto à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea s) do n.º2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Leiria e autorizar o Protocolo de Delegação Competências com as Juntas de Freguesia do Concelho de Leiria.

**2. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE COLMEIAS – ALTERAÇÃO DO OBJECTO –
Apreciação, discussão e votação;**

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentar este ponto.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Muito obrigado senhor Presidente!

Tendo sido aprovado em assembleia o protocolo de delegação de competências com determinados pressupostos, nomeadamente, neste caso concreto, a Junta de Freguesia de Colmeias, para a requalificação de alguns arruamentos, pôs à consideração da Câmara a alteração de alguns destes arruamentos, e naturalmente tem que vir aqui à assembleia para ratificação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Alguém pretende usar da palavra neste ponto?

Senhor deputado Carlos Guerra por favor.



DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Esta justificação dada pelo senhor Presidente acaba por não justificar absolutamente nada. É que esta já é uma segunda alteração. Foi aprovado em reunião de Câmara de 17 de Fevereiro de 2009, há dois anos, em sessão da Assembleia Municipal em 27 de Fevereiro de 2009, foi efectuada alteração do objecto em 14 de Abril, e aprovação em Assembleia Municipal em 28 de Abril, ou seja, são alterações de alterações. Foi por este motivo que eu votei contra.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém mais pretende usar da palavra? Não!

Vou colocar à votação a alteração de objecto, do protocolo de delegação de competências com a Freguesia de Colmeias.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea s) do n.º2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera, por maioria, um voto contra, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Leiria e autorizar a alteração do objecto do Protocolo de Delegação Competências com a Junta de Freguesia de Colmeias.

3. ANÁLISE DA POLÍTICA DESPORTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA E DA SITUAÇÃO DA LEIRISPORT, EM – Apreciação e discussão;

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Entramos então nos dois pontos da ordem de trabalhos que figuravam no Edital e que passaram a ter o número três e quatro respectivamente.

Relativamente ao ponto três, diz o nosso Regimento que quando um ponto é agendado por iniciativa de deputados municipais, neste caso por iniciativa de dois grupos políticos, o PSD e o CDS, os proponentes têm direito ao uso de dez minutos para fazer a apresentação do ponto, e no final terão direito a cinco minutos para o seu encerramento, cabe-lhes a eles o encerramento e não ao Presidente da Câmara Municipal ao contrário do que é habitual nos outros pontos. E portanto, eu pergunto ao primeiro requerente da inclusão deste ponto, o senhor deputado Manuel Antunes,



quem em nome dos proponentes usará da palavra? É o senhor deputado Pedro Faria. Tem dez minutos senhor deputado!

DEPUTADO PEDRO FARIA (PSD)

Boa noite!

Pedro Faria, PSD.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhores deputados.

Um pouco na continuidade da minha intervenção na penúltima Assembleia Municipal, é bom recordar sucintamente a génese das coisas, para melhor nos sintonizarmos e prepararmos o futuro.

Quando se colocou a hipótese de Leiria vir a ser contemplada com um Estádio do Euro, logo surgiu a ideia de criar uma empresa de capitais mistos para gerir e explorar essa Infra-estrutura, e para a qual de imediato se perfilaram, pelo menos para a fotografia, dezenas de empresários locais, com o aplauso entusiasta de Associações empresariais e desportivas, Governo Civil, etc.

Ao passar-se para o concreto, e logo que se percebeu que os valores do investimento avançados pelo Governo Socialista de então, não passavam de pura invenção, nada tendo a ver com a realidade, todos os empresários locais se escusaram, acabando a Leirisport por nascer com a Câmara Municipal de Leiria e a Parque Expo – empresa de capital estatal, com um enorme know-how em desenvolvimento urbano e em parcerias público-privadas.

Desta ligação resultou um projecto ambicioso para a Zona do Estádio que contemplava Habitação e vários Serviços e Valências, de que recordo a existência de um Hotel que daria apoio ao Centro de Estágios também previsto nesse desenvolvimento urbanístico, e que assegurava a rentabilidade e retorno do investimento no Estádio.

Estuda-se e implementa-se uma rede viária adequada a este projecto, que inclui a Circular a Poente, e a valorização da Ponte Expo, imposta para acesso ao Estádio.

A frontal oposição dos vereadores do PS a este projecto, e a falta de apoio e desinteresse da população em geral, levou a Câmara de então a considerar não haver condições políticas, e a desistir dessa solução, que só faria sentido se espelhasse um alargado consenso.

Quando ouvimos hoje o Partido Socialista a choramingar pelos custos do Estádio, imagino o quão deverão estar arrependidos por não terem querido estudar e



desenvolver as soluções então preconizadas, e que transformavam em Proveitos o que hoje é um Custo, permitindo um desafogo financeiro ao Município completamente distinto daquele que vivemos hoje.

O abandono deste tipo de soluções de rentabilização, acaba por ditar o natural desinteresse do parceiro - Parque Expo, ficando a Câmara como única accionista da Leirisport.

Entende-se então que a Leirisport é a entidade e a forma mais adequada para gerir eficazmente os vários complexos desportivos municipais, conforme ditam as mais elementares regras de boa gestão, pelas sinergias que permite, gestão especializada, e sem a burocracia administrativa camarária.

Hoje esta empresa controla 23 Infra-estruturas por onde passam 680'000 pessoas / ano, proporcionando actividades desportivas e de lazer a jovens, idosos, atletas e população em geral, sendo o veículo da política desportiva municipal.

Assim, as Transferências compensatórias da Câmara para a Leirisport são a imagem do custo da política desportiva e o espelho do apoio social prestado pelo município.

Deve ser visto como uma benesse e não como algo de negativo.

Se assim não fosse, deveríamos transpor o mesmo raciocínio para outras áreas.

As escolas, por exemplo. Já viram bem o prejuízo horrível que dão todas escolas? A diferença brutal entre Custos e Proveitos?

Vamos então acabar com as escolas porque dão prejuízo? É claro que não!

Então porque há quem produza raciocínios semelhantes para a Leirisport?

O que interessará aqui e agora ponderar, é se este é ou não, o formato mais adequado para conseguir os fins em vista.

Os vereadores do PSD sugeriram no princípio deste mandato que se fizesse um estudo para determinar se este tipo de empresa é a melhor opção.

Quanto custaria se fosse a própria Câmara a gerir esses mesmos equipamentos?

Sabemos que a Câmara adjudicou esse estudo à Deloitte, mais uma vez por ajuste directo, o que não deixa de ser curioso, uma vez que anda aí uma auditoria, a que o Partido Socialista tem prestado muita atenção, que diz que os ajustes directos, apesar de absolutamente legais, são uma "coisa" muito feia que não se deve fazer, mas isso é para o próximo ponto da ordem de trabalhos.

O que interessa verdadeiramente agora discutir é qual será o rumo a seguir.

O que pretende a actual Câmara fazer relativamente à gestão dos equipamentos, agora que tem um estudo que elenca várias soluções académicas?



Deve a Câmara subsidiar socialmente a SAD, entidade privada, que já estará a dever 200.000,00 € à Leirisport pela utilização do Estádio, o que despoletou com estardalhaço a demissão do anterior Presidente?

Em suma, e essa será a questão principal, qual é afinal a política desportiva desta Câmara? Se é que tem uma?

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Tenho duas inscrições que foram feitas durante o tempo em que o senhor deputado Pedro Faria usava da palavra. O senhor deputado Francisco André por favor.

DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ (PSD)

Francisco André, Partido Social Democrata.

Senhor Presidente da Assembleia, senhores secretários, senhoras e senhores deputados, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, minhas senhoras, meus senhores, a todos, muito boa noite.

Entendo, enquanto representante do PSD na Comissão de Acompanhamento da Leirisport e seu responsável, dar conhecimento à assembleia de que esta comissão reuniu por duas vezes nos passados dias 14 e 21 de Outubro, não tendo voltado a reunir até à presente data por minha incapacidade por motivos de saúde, nos meses de Novembro e parte de Dezembro.

Durante este período, ocorreram factos que nos surpreenderam, ou talvez não, relacionados com aquilo que, na assembleia de Setembro de 2010, então retratei como disfuncionalidades, incapacidades ou insuficiência das partes, e que em nada beneficiaram o seu bom-nome.

Da análise aos diferentes comunicados e entrevistas conhecidos, e que a comunicação social deu conhecimento, são identificáveis os argumentos das partes, argumentos que resolvidos pelas suas vontades imperativas e a bem, facilmente se traduzirão em factos que prestigiarão quem assim os resolver.

No seguimento desta situação, solicitou o PSD e o CDS/PP, a convocação de uma assembleia municipal extraordinária para debate da política desportiva do Município de Leiria e da Leirisport, enquanto seu instrumento operativo. Ao invés do que é habitual, estranha-se a não disponibilização de documentação oficial, orientações para a política desportiva municipal, Carta Desportiva do concelho, estudo da



Delloite, etc., enquanto base de trabalho de análise, de rumo a tomar ou de estratégia a desenvolver.

Face a tal, reconhece o grupo de trabalho, entretanto criado pelo PSD, que mesmo correndo o risco de antes de o ser já o era, não deixámos de manifestar aquilo que pensamos como sendo o melhor face àquilo que analisámos em trabalho de pesquisa, de tudo o que conseguimos.

Perguntamos:

Política desportiva qual?

Onde está definida?

Com que metas?

Com que custos?

Com que sistematização?

Com que transparência?

Com que eficácia?

Em relação a estas interrogações, entendemos ser a Câmara Municipal de Leiria ou o seu pelouro do Desporto, que terá de nos elucidar, e quais os sistemas operativos a utilizar.

No que toca aos sistemas operativos, dispomos actualmente e graças ao decreto-lei 300/2007, de 23 de Agosto, que alterou o decreto-lei 558/99, de 17 de Dezembro, de algo que tendo como objecto a exploração de actividades de interesse geral, promoção, desenvolvimento local e regional e gestão de concessões, reconhece o sector empresarial local como agente de desconcentração local na prestação de serviços aos cidadãos, na busca de uma maior eficiência na gestão dos dinheiros públicos, impondo critérios de eficácia e a possibilidade de novas formas organizacionais de prestação dos serviços públicos.

A evolução tecnológica e a crescente dimensão social do desporto, exigem hoje uma cada vez maior qualidade dos locais de prática desportiva, sendo exigido ao sector público uma transformação que não se desvie dos seus objectivos traçados, e em que passe a utilizar técnicas de gestão empresarial.

Assim, a criação de empresas municipais para a gestão de instalações desportivas, permite associar as características competitivas e dinâmicas próprias da gestão empresarial, à possibilidade de manter sob o domínio público, a responsabilidade do funcionamento dessas mesmas instalações.



A Leirisport é uma sociedade anónima com capital social de cinquenta e cinco milhões e seiscentos mil euros, integralmente detida pelo Município de Leiria, constituída nos termos da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o regime jurídico do sector empresarial local, tendo como objecto social a gestão e exploração de equipamentos e infra-estruturas do desporto, lazer e turismo, a organização de actividades nestas áreas, estando em Junho de 2010 sob sua responsabilidade, a gestão de equipamentos municipais, implementação de programas de actividades (Viver Activo, Férias Sem Limites, GET FIT), assegura outras actividades de responsabilidade municipal, nomeadamente a manutenção do campo relvado da Caranguejeira, da Bidoeira, elaboração da Carta Desportiva Municipal, etc., e organiza e acolhe diversos tipos de eventos empresariais, institucionais e culturais.

Recursos Humanos:

O número de funcionários da Leirisport ronda os cem colaboradores, apesar de o número de instalações ter aumentado, sinal evidente de uma boa gestão de recursos humanos. A sua distribuição em função de categorias profissionais, revela que 44% são auxiliares, 14% técnicos auxiliares, 18% assistentes administrativos, 3% nadadores-salvadores, 10% técnicos superiores, e relativamente à área técnica que representa os gestores de cada área funcional, cerca de 11%.

Áreas de negócio:

Dividem-se pelos equipamentos e programas já citados, seria exaustivo, *qui ça*, exasperante, abordar todos eles, limitar-nos-emos ao mais falado que é o Estádio Municipal de Leiria, na sua vertente desportiva. Nesta vertente, temos o negócio do futebol, que não é inteiramente controlado pela Leirisport, já que depende de outra entidade, sendo a função o aluguer do espaço com os serviços associados, e a forma de ser ressarcida do valor do aluguer depende do contrato assinado anualmente.

No atletismo, importa salientar que todas as actividades relacionadas na pista de atletismo são gratuitas para os atletas, clubes e associação, na sequência de uma directiva da Câmara Municipal de Leiria, o que levou ao crescimento do número de atletas e de provas realizadas. A pista de atletismo, a sua correcta manutenção, possibilitaram receber as mais importantes provas nacionais e internacionais, sendo considerada uma das melhores pistas da Europa e melhor pista descoberta do País, a pista está homologada pelo IAAF, tendo já recebido diversas edições dos



campeonatos nacionais de atletismo, em Junho de 2009, o campeonato da Europa por equipas da Super Liga, e em 2005 e 2008 a Taça da Europa da modalidade.

O aproveitamento das áreas disponíveis do estádio para venda ou aluguer, permitirá realizar encaixes financeiros a curto ou médio prazo. São de salientar todos os esforços já desenvolvidos, apelando ao seu redobramento na prossecução do objectivo – rentabilização dos espaços.

Após análise detalhada de todo o enquadramento, perfil empresarial, áreas de negócio, recursos humanos, dados financeiros gerais, conclui o grupo de trabalho que, e salvo melhor opinião, tem o Município de Leiria uma estrutura operacional capacitada, qualificada e que desenvolve um trabalho de promoção e desenvolvimento do concelho de Leiria, estrutura que permite efectuar a descentralização de um número relativamente grande de funções, que permite elevados padrões de qualidade e segurança, o que tem permitido aumentar o número de utentes das diferentes instalações, que cobre mais de 50% dos seus custos com receitas próprias, conforme directiva europeia, mesmo não definindo a política de preços para a utilização das infra-estruturas desportivas municipais, que se mantém inalterada desde 2008, competência exclusiva do Município. Estrutura que proporciona aos utilizadores individual e colectivos, interlocutor único altamente especializado nos serviços que constituem objecto social da empresa, para o que dispõe de recursos humanos cuja formação requer anos e procedimentos rigorosos e flexíveis.

Deste modo, e face a tudo o que analisámos, apresenta-se a Leirisport como uma solução viável para a gestão dos equipamentos desportivos e lúdicos do Município de Leiria. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Tem a palavra o deputado Pedro Biscaia.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Pedro Biscaia, eleito nas listas do Partido Socialista.

Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados:

Fomos convocados para debater, hoje, nesta Assembleia, dois dos problemas mais complexos e de inegável impacto na vida do nosso Concelho.



Importa, pois, colocar a sua análise num patamar de dignidade, que honre este órgão autárquico, com fidelidade a posturas cívicas e de humildade democrática, sem que isso ponha em causa a firmeza das convicções, a frontalidade da crítica ou a afirmação de identidades diversas. Os que nos elegeram esperam de nós determinação, estudo e procura de soluções para o Concelho e não picardias laterais de circunstância.

Em 2001 o professor Ernani Lopes apontava como vectores essenciais de análise da realidade urbana, o tríptico COMPREENDER – ASSUMIR – AGIR.

Na esteira dessa avisada síntese metodológica importa, creio, compreender que o problema essencial da Leirisport, não sendo só o estádio, teve e tem o estádio como objecto principal da sua actividade e como factor de condicionamento da sua gestão.

Na sua génese está o pecado original da leviandade ou, se preferirem da ingenuidade, como foi constituído o capital social da Leirisport, que agregou parceiros financeiros que se revelaram mais interessados na especulação imobiliária do que empenhados num projecto desportivo como âncora de uma arrojada intervenção urbana. Nessa época, quando se aproximou a hora da verdade das opções, a Câmara Municipal foi incapaz de ter uma visão prospectiva e ficou sozinha com um monstruoso problema no colo. Essa circunstância foi a esquina do tempo dobrada, irremediavelmente, em sentido contrário ao que se impunha na defesa do interesse municipal.

Mas, incompreensivelmente, o anterior executivo camarário nunca quis assumir o erro e tentar inverter o caminho traçado, arvorando, ao invés, um optimismo inconsciente e uma teimosia inqualificável sobre a continuidade do projecto, a localização da estrutura e o modelo de financiamento, apesar dos muitos apelos e avisos de vários sectores políticos e sociais. Vejam-se, a propósito e como mero exemplo, as declarações da anterior presidente da Câmara de Leiria na Assembleia Municipal de 27 Setembro de 2001, reafirmadas na sessão de 27 de Novembro de 2003 acerca da rentabilidade esperada para o topo norte (1 milhão e meio de euros da venda do espaço), sem contar com o aluguer de camarotes a acrescer à tirada pitoresca da promoção do espaço para realização de casamentos e baptizados !

Ou, a mesma linha de persistência no erro revelada pelo ex-presidente da Assembleia Municipal, José António da Silva, que interveio dizendo. “ concordo perfeitamente e penso que ninguém quer que os leirienses passem a vergonha de desistir deste projecto”. Ou, já em Fevereiro de 2004, a insistência do nosso amigo



Manuel Carvalho, presidente da Junta de Freguesia de Azóia, a propósito dos impactos negativos da construção do estádio no investimento nas freguesias, dizendo nesta Assembleia: “ porque as verbas, de facto, são sempre necessárias, julgo que às vezes mais importante do que ter tanto dinheiro para gastar como gostaríamos, é ter um estádio que nos orgulha e que vai ser utilizado (...)” sic.

Após a decisão unilateral de prosseguir com a obra, apesar das contínuas perspectivas de derrapagens (recordemos, por exemplo, a insuficiência técnica do masterplan do projecto inicial de Tomás Taveira que partia da premissa errada respeitante às cotas do terreno de implantação), entrou-se num vórtice de sucessivos erros de análise, numa espiral imparável de endividamento e de doloroso constrangimento ao desenvolvimento sustentável do Concelho. Isto, apesar dos múltiplos avisos, de perguntas sem respostas concludentes, da colocação de dúvidas pertinentes por parte dos vereadores da minoria política em exercício ou das várias bancadas nesta Assembleia, como pode ser consultado nas suas actas. A todas estas advertências, a maioria que comandava, há décadas, a Câmara, fazia “orelhas moucas”.

Há, portanto, uma história recente, que nos ajuda a compreender o problema, que denuncia os erros nunca assumidos durante onze anos e a postura de desdém perante a evidência da realidade de que a construção e exploração deste estádio inquinava tudo à volta. Impunha-se, por isso, mais decoro dos anteriores protagonistas no modo como, agora, abordam este tema.

Todavia, seguindo o tríptico de Ernani Lopes, é fundamental que, uma vez aqui chegados, decidamos o que fazer e como fazer. Como desatar este intrincado nó, com o menor impacto negativo na gestão global da autarquia? Como atenuar insuficiências vindas do passado e como perspectivar, de forma realista, o futuro próximo, no que toca à gestão da Leirisport? Que âmbito deverá ter esta empresa no contexto da política desportiva do município? Como usar o estádio no contexto económico vigente? Que custos financeiros terá qualquer das opções que venham a ser tomadas?

O problema é de tal modo sensível e complexo que o estudo que nos foi apresentado, apesar da qualidade de análise metodológica que propõe, não arrisca uma única solução. Creio, que o poderemos entender como uma síntese técnica de questões essenciais que fundamentarão decisões políticas, um ponto de partida consistente e nunca um ponto de chegada absolutamente inequívoco. O estudo



proporciona úteis instrumentos de ponderação, mas não declara a sentença definitiva. Assim sendo, o supremo interesse do Concelho de Leiria determina que se busquem consensos, que se acolham contributos diversos e que a questão seja debatida muito além da divergência inflamada da pequena luta pelo poder, necessariamente efêmero. Não estaremos cá para sempre. Não nos podemos permitir ao egoísmo geracional de condicionar ainda mais as vidas de quem está para chegar. Todos temos direito à opinião e o dever de participação, sobretudo quando a grandeza do desafio é desta dimensão. Creio mesmo que se deveriam encontrar formas práticas de envolver os vários actores sociais e económicos do Concelho na definição do futuro da Leirisport e do próprio estádio, seja através da dinamização de um Fórum cívico, seja através da mobilização dos órgãos de comunicação social na recolha de contributos ou da convocação do saber técnico das escolas de ensino superior da região. Esta ideia de que é necessário alargar o âmbito do debate parece-me fulcral, contribuindo para que, de forma transparente e cooperante, se equacionem as adequadas soluções para o problema. Não basta, portanto, a existência de uma comissão desta Assembleia de acompanhamento da Leirisport, para nos serenar a consciência, até porque no anterior mandato, comissão idêntica, presidida pelo PSD, não conseguiu produzir matéria de debate.

É possível e necessário fazer melhor sendo determinante, para tal, adoptarmos uma atitude ambiciosa e, simultaneamente, metódica e séria.

Os cidadãos que nos confiaram, com o seu voto, a sua representação esperam de nós esse empenho democrático, a entrega sem tibieza à causa do bem público, a generosidade necessária ao desempenho desta missão. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Tem a palavra a senhora deputada Laura Esperança.

DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LEIRIA)

Boa noite a todos.

Laura Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria.



Cumprimentava a Mesa, Senhor. Presidente, Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, Comunicação Social, Caros Munícipes.

Eu gostaria que o senhor Presidente da Câmara, relativamente à “Síntese operacional do seu programa eleitoral”, que foi sufragado, nos pudesse responder e informar o que pensa fazer relativamente ao item n.º 30 que diz “Concluir o Topo Norte do Estádio, com instalação de valências relacionadas com o desporto, associativismo e lazer”; o item 31 que diz “ Construir um Pavilhão Multiuso na zona desportiva”. Leiria seguramente é a única cidade do País que não tem este tipo de equipamento. Já tivemos, e como diz o nosso colega Deputado Pedro Biscaia, citando Hernâni Lopes, temos de “compreender, assumir e agir”; e ainda sobre o item 37 que diz “Criar nas freguesias circuitos de manutenção e espaços de desporto informal”.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Senhor deputado Micael Sousa.

DEPUTADO MICAEL SOUSA (PS)

Micael Sousa, Partido Socialista.

Boa noite a todos!

Já que falamos de políticas desportivas, não podemos esquecer o papel do desporto de rua enquanto lazer e modo de integração social. Para um enquadramento deste relacionamento começo por citar umas palavras de um amigo antropólogo e praticante de basquetebol, de seu nome Edgar Bernardo, passo a citar:

“As sociedades contemporâneas vêm no lazer, nomeadamente no desporto, uma forma de equilibrar os indivíduos, uma oportunidade de relaxar, melhorar a forma física, e reforçar a interação e a estabilidade familiar e cultural. O desporto é uma actividade que provoca reacção e consequências no tecido social, não devendo ser subvalorizada a importância para o combate à exclusão e à segregação social.” Fim de citação.

Esta anterior citação relaciona-se com um caso bem concreto, e que provavelmente passou despercebido a muitos leirienses. Antigamente, antes das intervenções, ao abrigo do Programa Polis, na zona pública de lazer ribeirinha conhecida como o parque do Avião, existiam vários campos para a prática desportiva de rua – espaços de verdadeira sociabilização e prática desportiva aberta a todos, a todos, reforço! Um



deles estava vocacionado, e tinha excelentes condições, para a prática do basquetebol. Nesse espaço, onde muitos jovens e apaixonados pela modalidade praticavam o desporto da sua predilecção, dava-se um importantíssimo, mas pouco evidente, fenómeno de inclusão social. Através da prática do basquetebol, os membros mais jovens de muitas famílias recém-chegadas a Leiria, especialmente da comunidade dos PALOPs, interagiam positivamente com os jovens de Leiria e integravam-se harmoniosamente na sociedade leiriense. Aquele simples equipamento desportivo público tinha um importante papel social, mesmo se pensarmos apenas do ponto de vista dos naturais de Leiria, já para não falar da promoção do desporto em causa. Com a reabilitação e obras que o Parque do Avião sofreu durante a execução do Programa Polis, gerido pelo anterior executivo, o dito campo deixou de existir, e colocou-se apenas uma tabela de basquetebol que, de tão inadequada para o efeito, perdeu o aro pouco depois. Assim, desapareceu o basquetebol de rua em Leiria e perdeu-se um importante e saudável modo de inclusão social.

Apesar de consciente das dificuldades financeiras que herdou do anterior executivo, e já que falamos de desporto, dificuldades que nem com grande ginástica se resolvem facilmente, peço ao senhor Presidente para que considere, assim que possível, a reabilitação de um dos campos existentes, ou a construção de um novo, para a prática do basquetebol de rua em Leiria - tendo em conta todos os aspectos positivos que daí advêm. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Vitorino Vieira Pereira.

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

Boa noite a todos!

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Desde sempre defendemos que a maioria das empresas municipais não têm razão de existir, são autênticos sorvedores de dinheiros públicos, vivendo a maioria com escandalosos subsídios que as câmaras lhes transferem. São empresas instrumentalizadas pelos executivos camarários e com funcionamento pouco



transparente, são base de complemento salarial de muitos autarcas e demais partidários. São o elemento de desorçamentação das contas do Município, com o intuito de escapar ao controlo democrático das assembleias municipais. A Leirisport, como ao longo dos anos temos afirmado, é um exemplo frisante do que acabamos de enunciar. O dia-a-dia vem demonstrando, penosamente, a nossa razão em nos termos sempre oposto à sua existência e à sua manutenção.

O seu nascimento foi em Abril de 2001 e iniciou a sua actividade em Maio de 2001, tem capitais exclusivamente camarários e tem à volta de cento e seis funcionários. Com menos de um ano de vida já entregava a adjudicação da empreitada da obra do estádio não ao concorrente mais bel colocado, que apresentou melhor proposta financeira, mas sim ao consórcio da Construtora do Lena, que pura e simplesmente ficara em quarto lugar no concurso efectuado. Tal adjudicação deu origem a uma espiral de aumentos de custos da obra, perfeitamente inacreditáveis, e a um relatório do Tribunal de Contas que, no mínimo, podemos dizer é que nos envergonhou a todos nós cidadãos do concelho.

Seguiu-se também o endividamento camarário de mais de setenta milhões de euros, o que levou a que a Câmara ficasse fortemente manietada durante mais de vinte anos sem possibilidades de efectuar quaisquer investimentos importantes, ou que, e em desespero, se alienem bens essenciais para arranjar algum dinheiro, para já não falarmos dos escandalosos acordos com a SAD do União de Leiria.

E que dizer da ida dos sete magníficos, à custa dos dinheiros camarários, ao Estádio de Hamburgo, e do aluguer do gerador efectuado com o Grupo Lena, em valor superior a um milhão de euros, e que esta assembleia face ao relatório apresentado pela Comissão então constituída, decidiu enviar para os serviços do Ministério Público, e que levou a que o Ministério Público deduzisse a acusação contra os três então directores da Leirisport, pelo crime de administração danosa, que teria originado ao Município um prejuízo superior a um milhão de euros.

Que dizer do agora novo mas já famigerado caso do Health Club do estádio, levantado por Leonel Pontes numa reunião do actual executivo da Câmara, que nunca chegou a existir, pelo facto do promotor não ter chegado a legalizar o espaço, situação, contudo, que não evitou que a Leirisport deixasse de continuar a emitir mensalmente, durante dois anos e meio, uma factura de dez mil euros a um cliente que nunca prestou serviço contratado, numa tentativa de, quem sabe, empolar os resultados levado a cabo pela anterior gestão. Nem falaremos dos vencimentos dos



membros do Conselho de Administração, que também, conforme o relatório do Tribunal de Contas, recebeu ordenados, subsídios e prémios que excediam em muito o permitido por lei.

A Leirisport é pois, uma empresa que já devia ter sido extinta há muito tempo. Há anos que o Bloco vem exigindo, nesta Assembleia, tal atitude. A gestão de equipamentos que faz ou devia fazer está fortemente dependente do dinheiro público e tem elevados custos com o Pessoal, e tem fraquíssimas possibilidades de gerar receitas próprias.

Os vários relatórios de contas da empresa municipal, mostram-nos acréscimos de custas operacionais, aumento de dívidas a fornecedores e à banca, e isto apesar das tentativas de empolamento já referidas acima. O estádio, segundo o relatório da Deloitte, apresenta uma estrutura financeira muito desequilibrada, baseada em custos de financiamento e de manutenção muito elevados, bem como em receitas reduzidas, face ao investimento realizado.

A Leirisport, é um grande redemoinho que na sua avassaladora voragem tudo leva. Vamos mantê-la para quê? Porquê? Para nos envergonhar ainda mais?

A Leirisport custa-nos diariamente mais de três mil euros. Como explicar tal situação numa estrutura que é suposto servir os bens comuns, se existem demasiadas queixas por parte de clubes e associações locais, baluartes na formação desportiva das novas gerações, relativamente ao acesso às estruturas da Leirisport como o estádio, a piscina municipal e outros, para eles poderem promover e desenvolver a modalidade que praticam. Que dizer quando os horários reservados aos munícipes para de livre vontade usufruírem de uma estrutura como a piscina municipal, que também é deles, são segundo alguns populares e o recente relatório da Deloight, cada vez mais exíguos e limitados. Como ficar quieto quando contra a população e contra os clubes e associações acima referidos, se admite, como forma de “viabilização da empresa”, a cobrança de taxas sociais aos utentes do Viver Activo, programa de actividades físicas para a população sénior, e o ajustamento das componentes do preço pago pelos clubes e entidades.

Será que o executivo abdicou, tal como o outro o fez, do indivíduo comum? Onde está a defesa dos munícipes por quem nos representa? Onde está a valorização da prática desportiva pelos jovens, como factor primordial que tem na construção dos homens de amanhã?



Tenham a coragem de integrar as infra-estruturas da Leirisport, por exemplo, na Divisão de Desportos da autarquia, mas ajam rapidamente, extinguindo esta empresa municipal que só tem dado prejuízo e dores de cabeça.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Estamos aqui para apreciar e discutir a política desportiva desta maioria PS/Raul Castro e a situação da Leirisport, EM. Desde logo é preciso dizer que se trata de duas questões com óbvias interconexões mas que merecem tratamento próprio.

Quanto à primeira questão – a política desportiva desta maioria – sabemos das preocupações, críticas e discordâncias expressas por responsáveis de clubes e sabemos do corte de 25% no apoio à actividade desportiva.

Por isso muitos clubes estão indignados com a Câmara por esta ter decidido cortar 25% no Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo, referente a épocas desportivas passadas, fazendo tábua-rasa de compromissos municipais

São cortes com efeitos retroactivos, quando os clubes programaram toda a sua actividade a contar com a verba contratualizada. Esta maioria colocou assim o Município a violar o princípio da boa fé e os clubes em grandes dificuldades ou na impossibilidade de cumprirem os compromissos assumidos.

Dizem vários dirigentes desportivos locais, sem qualquer rodeio, que não há política desportiva no concelho de Leiria. Não fazem qualquer insinuação ou acusação vã, limitam-se, antes, a constatar o óbvio.

Aliás, segundo vários dirigentes associativos não há política desportiva nem diálogo democrático com eles, o que há são comunicações e imposições.

Por outro lado, soubemos também por declarações do vereador da Educação, Cultura e Juventude, e simultaneamente vice-presidente da Câmara, a órgãos de informação, que os contratos-programa iriam ser revistos e reduzidos os respectivos apoios. Pretenderá esta maioria PS/Raul Castro que o futuro da prática desportiva no Município siga a máxima neoliberal em voga do utilizador-pagador, na senda do recado constantes no relatório da "auditoria" de conveniência e das recomendações do relatório de análise da Leirisport, E.M.?



Tal política, a ser aplicada, levará ao empobrecimento da prática desportiva no concelho e à degradação do nível de vida da nossa população. Por isso desde já queremos deixar expresso que consideramos inaceitável tal projecto e que contam com a nossa oposição.

Quanto à segunda questão – a situação da Leirisport – importa, desde logo, denunciar que a maioria não traga regularmente à AM informação útil e relevante sobre a Leirisport. Esta apresenta trimestralmente o Relatório de Execução Orçamental tendo em vista o acompanhamento e controlo da actividade da empresa pela Câmara.

A Câmara em todas as sessões apresenta um relatório da actividade com informação burocrático q.b. mas nunca apresenta informação sobre a actividade e os respectivos resultados da empresa municipal, como aliás é sua obrigação nos termos da lei. Os dados constantes do relatório eram e são do conhecimento da Câmara que tinha e tem por obrigação dar conhecimento à AM.

Passemos, porém, à frente. Falemos deste relatório.

Da análise dos pontos fortes e fracos efectuada é de realçar a grande importância dos pontos fortes. Não há aqui qualquer novidade, algo desconhecido, mas, sublinhe-se, mesmo o estudo encomendado não consegue ocultar ou sequer minimizar a relevância da existência duma organização municipal única, no caso a Leirisport, a quem está acometida a gestão das infra-estruturas desportivas municipais e das diversas vantagens que isso representa.

Já quanto aos denominados pontos fracos, não sendo de novo novidade para ninguém o que lá consta, quem disse que a prossecução de políticas sociais na esfera da cultura física e desporto é um ponto fraco? Percebemos que os partidários das concepções ideológicas neoliberais afirmem isso, mas é isso que o partido socialista pensa? O partido socialista acha mal verter recursos financeiros e outros para que a população do concelho, através de programas do município, como o Viver Activo, ou através dos seus clubes possa concretizar o direito ao bem-estar físico e psíquico?

Se o partido socialista acha isso, então que o diga aqui e não se escudem atrás de um relatório que para nada mais serve que não seja propor a eventual privatização das infra-estruturas que podem ser rentabilizadas e diminuir a participação do orçamento municipal no financiamento da actividade física e do desporto das populações.



As concepções neoliberais, com os seus dogmas mentirosos das preocupações com a equidade social aí estão. Não fica nada bem ao partido socialista assumi-las como suas.

A população do concelho paga impostos exactamente para, entre outras coisas, poder ter direito ao desporto! E esse dinheiro que financia o orçamento municipal também tem que ir, no que respeita à consagração do direito ao desporto, para a Leirisport, seja por indemnizações compensatórias seja pelo que for.

O que nós queríamos, já que se resolveu gastar o dinheiro, era que a consultora nos dissesse se era mais vantajoso ter a Leirisport ou fazer a gestão municipal directa. Mas dizer isso, porquê e como!

Para dizerem o que dizem e concluir o que concluem não se entende para que se desbarataram dezenas de milhares de euros. Deste relatório bem se pode dizer que a montanha pariu um rato.

Mas se a situação da Leirisport só se agravou com esta gestão, a do executivo e a da própria empresa, Sobre isso o ex-Presidente do Conselho de Administração da Leirisport apenas veio corroborar com factos o que o PCP já aqui afirmou.

E esse ex-alto responsável não só lançou um autêntico libelo contra o estilo de gestão, a ausência de estratégia e a política que visa destruir a Leirisport como acusa ainda o Presidente da Câmara de gestão danosa por não cuidar das finanças municipais ao permitir a existência de elevadas dívidas pela utilização de equipamentos desportivos municipais. Estas acusações, todas elas, tiveram como resposta um tão significativo quanto sepulcral silêncio.

Em face da matéria substantiva das acusações somos levados a concluir que a maioria fez o Município gastar certamente mais umas dezenas de milhares de euros para também aqui concluir o que previamente se queria ter por concluído.

Para discutir a Leirisport e o seu futuro, exigimos seriedade e rigor e apelamos ao partido socialista para que assuma outra visão das coisas que não a de esmifrar as populações e a de promover negócios em que o Município suporta os encargos e aos privados oferecem-se os lucros.

O que queremos é um concelho com mais qualidade de vida e não esta apagada e vil tristeza.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Cunha.



DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e digníssima Mesa, o senhor Presidente da Câmara, ilustres vereadores da maioria e da oposição, cumprimento naturalmente os colegas deputados presentes, autarcas, digníssima comunicação social, digníssimo público, a todos, muito boa noite.

Abordando a questão relativa à Leirisport e à política desportiva para o concelho, eu gostava de dizer que este tema, que tem sido ao longo dos anos arma de arremesso para muita gente, se calhar até já custa a pegar nessa arma de arremesso porque ela vai começando a ficar gasta à medida que vai sendo utilizada, e é um tema que devia ter uma visão prospectiva e deixar-se um pouco aquela lavagem de roupa suja que durante muitos anos alimentou, provavelmente, as páginas dos jornais, enfim, alguns clubes de pensadores e alguns grupos que fizeram desse tema vida durante largo tempo.

A história já foi suficientemente dissecada, uns acham que foi um erro, outros acham que foi um baú de virtudes, enfim, com certeza ambos terão razão, o que é um facto é que o anterior elenco municipal e aqueles que anteriormente se lhes seguiram, protagonizaram aqui algumas mudanças que são importantes reter.

No tempo em que a política desportiva era uma política avulsa, que digamos se baseava fundamentalmente na generosidade, maior ou menor, do vereador do desporto e do senhor Presidente da Câmara, passou-se para uma definição de política desportiva em que se assentava fundamentalmente em dois pilares.

Em primeiro lugar na definição de critérios de apoio às entidades desportivas e aos clubes, através dos chamados programas de apoio ao associativismo desportivo, nas suas múltiplas vertentes, e depois na vertente da gestão dos equipamentos, tendo nascido por essa via e por opção política clara, a Leirisport. Naturalmente que o EURO 2004 aqui, trouxe, sob esse ponto de vista, uma necessidade de ampliar este conceito da Leirisport, sobre essa matéria também já há doutrina feita suficiente, e confesso que não me sinto capaz de doutrinar nessa matéria, porque há gente realmente muito mais capaz do que eu nessa matéria, confesso aqui as minhas limitações. No entanto, importa ver o que é que nós temos hoje, e o que nós temos hoje é uma Leirisport que tem uma estrutura profissional, tem um conjunto de técnicos no seu seio para fazer a gestão dos equipamentos e para fazer a gestão dos



serviços que presta, é uma empresa municipal que está a funcionar e que portanto necessita, obviamente, de saber qual é o caminho que deverá tomar.

No meu entender, o que se está a passar neste momento, é claramente uma falta de definição ou melhor, uma indefinição sobre o que é que se quer com a Leirisport, e que está a prejudicar largamente a própria empresa no sentido da sua eficácia, no sentido da sua prestação de serviços que tem que fazer. E isto, para quem costuma trabalhar com empresas, sabe que é altamente prejudicial, ou seja, este adiar constante de soluções e de caminhos em relação à empresa municipal prejudica claramente a própria empresa e prejudica os serviços que presta, e, naturalmente, prejudica os clubes, as associações, os cidadãos que recorrem aos serviços da Leirisport. Isto é, no meu entender, um ponto muito importante e urge definir claramente o que é que se pretende fazer.

O senhor Presidente da Câmara teve a oportunidade de, numa entrevista a um semanário da nossa região, no dia 18 de Dezembro de 2009, apontar três caminhos que para ele pareciam pelo menos, se ainda for a opinião dele, consolidados.

Segundo o que eu pude reter das palavras dele, e gostaria depois, senhor Presidente, que me confirmasse se esta minha leitura da sua entrevista ao jornal está correcta ou não, porque não gosto de fazer más interpretações, as três hipóteses que colocava era em primeiro lugar manter o actual figurino da Leirisport, a segunda hipótese que tinha era entregar o estádio, porque é a grande preocupação, é sempre a cereja no topo do bolo, da Leirisport, a um investidor que surgiria, não sei se virá lá das arábias, do Qatar provavelmente ou de outro lado, ou a terceira hipótese que era entregar à SAD do União de Leiria toda a gestão do estádio e tudo aquilo que lhe diz respeito. Pelo menos foi o que retive dessa entrevista a esse semanário no dia 18 de Dezembro de 2009.

Posteriormente a Câmara decide solicitar a uma empresa de auditoria e não vou, sob esse ponto de vista, fazer aqui uma avaliação se o preço pago efectivamente corresponde ao trabalho produzido, confesso que não estou suficientemente documentado sobre o valor desse documento, mas prometo que vou procurar aprofundar essa questão, e pelo que depreendi desse estudo aponta três caminhos: Um deles mantendo o modelo actual da Leirisport, o segundo entregando as instalações desportivas às Juntas de Freguesia e aos clubes, e o terceiro é de, digamos assim, retornar à casa-mãe, ou seja, voltar ao círculo adstrito à Câmara Municipal a gestão directa desses equipamentos.



A minha pergunta é se, naturalmente com base neste estudo, a opinião do senhor Presidente da Câmara formulada em 18 de Dezembro de 2009, se se mantém válida ou se houve aqui alguma evolução nesta matéria, se eventualmente já terá chegado esse investidor prometido ou pelo menos pesquisado, ou se efectivamente as Juntas de Freguesia e os clubes é que serão essa tal investidor prometido.

Portanto, convém perceber aqui aonde é que nós ficamos, porque na verdade este pilar daquilo que é a actuação do desporto no concelho de Leiria, obviamente que tem que ser definido e tem que ser aclarado. E portanto, esta matéria parece-nos a nós de vital importância.

Mas, a política desportiva do concelho não se esgota, obviamente, na questão da Leirisport, essa apenas como vimos uma das plataformas base de progressão do desporto no concelho, a outra naturalmente tem a ver com o apoio às colectividades, aos clubes, às instituições que têm vindo a fazer esse trabalho. E como é moda falar-se da crise, ela está aí, toda a gente a encontra.

Eu penso que também aqui, sob esse ponto de vista, dado que as colectividades e os clubes estão com grandes dificuldades, já não falamos de dificuldades ao nível do seu próprio associativismo, mas também sob o ponto de vista financeiro, é natural que as pessoas percebam que muitas vezes as colectividades recorrem ao apoio das empresas e de muitos sponsors, digamos assim, para poderem levar a cabo as suas actividades, neste momento com a economia como se encontra, obviamente essa situação torna-se muito mais difícil, e portanto, as colectividades começam a ter largamente problemas em arranjar meios de sustentar a sua actividade e os serviços que prestam inclusivamente nas Freguesias onde se inserem. E portanto, é necessário aqui, no meu entender, que o Município também avalie algumas medidas, que eu diria medidas em tempo de crise, para que o associativismo desportivo do concelho possa continuar a assumir a sua vocação, naturalmente procurar que essas medidas em tempo de crise sejam devidamente dissecadas e partilhadas por todos, não sejam medidas avulsas, e que simultaneamente se encontrem pontos de equilíbrio para que numa relação entre aquilo que é as possibilidades do próprio Município e aquilo que são as necessidades das colectividades e dos clubes, se encontre aqui uma forma de equilíbrio financeiro para que não haja aqui derrapagens.

Sabemos que há colectividades que, inclusivamente, têm recorrido também à utilização dos serviços que são prestados pela Leirisport e que estão com algumas



dificuldades em solver os seus compromissos para com a instituição, e portanto essa também é uma das minhas preocupações nesta matéria.

Também a questão da racionalidade das estruturas desportivas, nessa relação que se estabelece com a utilização que delas é feita pelas colectividades, me parece importante saber qual é aqui a possibilidade de encontrarmos um ponto de equilíbrio neste período, a necessidade também de se privilegiar aqui o apoio ao desporto amador, em que envolve uma maior participação dos cidadãos, dando efectivamente um cunho de participação dos cidadãos do concelho na política desportiva, parece-nos isso muito importante, com uma grande articulação com as próprias Juntas de Freguesia.

E por fim, também saber em que moldes é que nós podemos continuar a contribuir, para que alguns praticantes e clubes que sustentam esses praticantes, no capítulo da alta competição, que têm apresentado resultados, e que nos parece que é de continuar a apoiar.

Esta visão para o futuro não se esgota nestas minhas palavras, obviamente que são modestas, mas devem ser naturalmente preocupações que nós devemos ter, mais do que estarmos aqui a olhar para trás, a caminharmos de costas para o futuro, é importante olharmos para a frente e vermos o que é que podemos fazer. Estamos em tempo de dificuldades, estamos num tempo em que a conversa não enche efectivamente os bolsos de ninguém, não estamos efectivamente a viver só de palavra, como diz ali o meu amigo Pedro Biscaia, o tempo da leviandade, da ingenuidade e do optimismo inconsciente se calhar já passou, se calhar prosseguir eventualmente nessa senda, enfim, não sei exactamente a que é que ele se estaria a referir, mas de todo o modo acho que é importante alargar o debate mas também é importante não nos ficarmos só pelo debate, porque é altura também de começarmos a tomar decisões, conversa não resolve os problemas. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra o senhor deputado Carlos Duarte.

DEPUTADO CARLOS DUARTE (CDS/PP)

Boa noite!

Carlos Duarte, CDS.



Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, caros colegas deputados, público.

Venho aqui em substituição do deputado Domingos Carvalho, que está ausente do País, promotor e mentor desta assembleia extraordinária, e que me pediu para lhes comunicar um texto que me enviou e que vou passar a ler:

Ser-nos-ia fácil vir, agora, aqui desfilar as várias intervenções da nossa bancada ao longo do período que antecedeu – e também no que sucedeu...- a construção do Estádio, com todas as peripécias envolvendo a LEIRISPORT, tentando com isso evidenciar o acertado que estávamos.

Temos aliás alguma dificuldade em perceber a afirmação proferida pelo deputado Pedro Faria na pretérita Assembleia Municipal de 10/12/2011, que consta da página 95 da acta daquela sessão, citamos: *"Nenhum dos partidos que estava na Assembleia Municipal e na Câmara achou que se devia alterar o posicionamento anterior"*. Essa dificuldade advém da incompreensão para a pouca – ou nula – atenção que é prestada ao que é dito neste areópago. Basta ir ler as actas para que o possamos confirmar. A não ser que tenhamos que expressar as opiniões de uma forma mais... enfática. E aí, se o não conseguimos fazer, fomos incompetentes. Acreditámos que o executivo estivesse preocupado em nos ouvir.

Não é, hoje, importante um aprofundamento dessa história recente. Sabemos quem fez o quê! Mais difícil é entender porque o fizeram. Ou para que o fizeram. De facto, passados estes mais de 8 anos sobre a inauguração, afigura-se-nos óbvio que para lá dos dois jogos do Europeu de que foi palco, não foi definido um desiderato ou estabelecido um objectivo. Vamos fazendo, ano após ano, com maiores ou menores tormentas, navegação à vista. E isso é inaceitável. Exaurir a capacidade financeira do município numa construção que não aporta benefícios evidentes é um desperdício abjecto!

Era o estudo de viabilidade da Leirisport quem dizia que a empresa não conseguiria gerar receitas que lhe permitissem ser autónoma. Isto apesar das receitas estimadas ali apresentadas serem um chorrilho de invenções dignas de um prestidigitador com dotes de ilusionista vítima de alucinações. Nem vale a pena perder tempo com este apartado.

Não pode, por isso, ser na majoração de receitas – aspecto que jamais poderá ser descurado, tal como a contenção de despesas e o rigor de gestão – que devemos



centrar o cerne deste assunto. Qualquer destes aspectos é uma obrigação, em qualquer circunstância.

A continuar assim estamos, apenas e só, a contribuir para a crescente perda de credibilidade dos agentes políticos e a dar argumentos aos que dizem que a coisa pública não cuida do interesse geral.

É tarefa nossa definir objectivos e implementar soluções. Em primeiro lugar nesta responsabilidade surge, inequivocamente, o dono do Estádio. A Câmara Municipal de Leiria. O CDS, se chamado a opinar, fá-lo-á. Tenho dito!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Tem a palavra o deputado Luís Pinto.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Naturalmente que saudamos todos os contributos que as várias bancadas têm trazido a este debate e todos os contributos que esperamos, nos próximos tempos, os cidadãos de um modo geral e as suas instituições o possam fazer também.

Penso que aquilo que está a acontecer nesta assembleia, se bem que, sobre determinados aspectos poderíamos considerar extemporâneo, é de facto uma matéria inovadora de podermos com tempo e de uma forma consciente debatermos em assembleia políticas, neste caso de desporto, mas no fundo todas as matérias.

O Partido Socialista está sempre disponível para receber todos os contributos, e nesse aspecto, saudamos todos aqueles que o pretendem fazer. E nisso, temos de facto salientar quer a posição do senhor vereador do desporto, do senhor Presidente da Câmara, do senhor Presidente da Assembleia, que em nome da maioria, porque nesta assembleia como se tem visto há uma maioria clara senhor deputado, nós estamos de facto interessados no debate de ideias e em tomar decisões que interessem ao Município o mesmo é dizer a todos os cidadãos de Leiria.

Dizer-vos que não queremos fazer uma avaliação a um programa eleitoral num espaço tão curto de tempo, uma ano e meio de mandato, é demasiado cedo senhora deputada, para se fazer tantas construções e para se definir, porque ou fazemos asneira e vamos ainda mais limitar o desenvolvimento do nosso concelho, foi aquilo



que aconteceu nos últimos anos, devido à maneira como foi gerido aquele “monstro”, ou então teremos que ponderadamente tomar as decisões mais adequadas.

Naturalmente que o Partido Socialista e a maioria que o suporta nesta assembleia, não se vai esconder atrás de um qualquer estudo de uma qualquer empresa, como também, e podemos garanti-lo, não iremos aqui apresentar-vos soluções, como aconteceu outrora, baseados em estudos económicos falseados, estrondosamente enganosos para enganar deputados e a população. Iremos promover um amplo debate e uma participação cívica em torno desta matéria, mas, a seu tempo, tomaremos as decisões políticas, baseadas naturalmente nessa recolha, mas também em todos os estudos e todos os dados que nos possam chegar.

O desporto, que é de facto uma matéria importante em qualquer sociedade moderna, assumiu no nosso concelho uma dimensão extraordinária, porque todo o nosso desenvolvimento dos últimos e dos próximos anos, a estas decisões está ligado.

Não é por acaso que temos das piores estradas dos concelhos desta região, não é por acaso que temos atrasos no investimento nas escolas públicas do concelho, não é por acaso que temos tantos projectos adiados no nosso concelho, porque de facto foram enterrados nesta matéria demasiados milhões, foi todo o desenvolvimento desportivo mas pior que isso o desenvolvimento do nosso concelho, limitado devido a opções baseadas em estudos mentirosos e em sucessivas assembleias municipais nós fomos confrontados com estudos, que hoje facilmente se comprovam, enganosos, e que de facto nos levaram para o erro, como aqui já foi dito e demonstrado por várias bancadas, e nomeadamente também o Partido Socialista o ter dito.

O Partido Socialista não tem complexos em relação à Leirisport, nem tabus. O problema da Leirisport não é de certeza dos seus recursos humanos, onde reconhecemos haver gente muito competente. O problema da Leirisport teve, sobretudo, a ver com a gestão e com a orientação política que lhe foi dada, e não é por acaso que hoje temos assuntos pendentes em tribunal, não é por acaso que a anterior comissão sobre o gerador concluiu, presidida aliás pelo PSD, mas que teve a coragem na altura o Eng.º Cláudio de Jesus, de afirmar, da gestão danosa que tinha sido feita em torno da aquisição do gerador, e, nós hoje herdamos, de facto, um conjunto de decisões que condicionam todo o nosso futuro, mas mais do que isso, nos obriga a, quando tomarmos decisões, que elas sejam devidamente fundamentadas.



E portanto, nós não temos pressa em dizer se faz sentido ter uma Leirisport e em que termos, para já o que faz sentido é ter uma melhor gestão na Leirisport, e faz sentido definir políticas consubstanciadas na verdade e na vontade dos leirienses. E é esse o compromisso que assumimos com os nossos eleitores, e é esse o compromisso que levaremos por diante. Somos fiéis a um programa que apresentámos e que ainda hoje aqui foi recordado por alguns deputados, naturalmente é ao fim de quatro anos que se avaliam os programas, não é ao fim de ano e meio.

Lembro os senhores deputados mais esquecidos ou aqueles que ainda não eram, que, aquando do início do mandato, a Dr.^a Isabel Damasceno nesse ano, o apoio ao movimento associativo, através do PAAD, foi de zero. Neste ano tivemos um corte de 25%, mas no primeiro ano de mandato da Dr.^a Isabel Damasceno foi zero de apoio, em nome de uma herança trazida também de uma gestão do PSD, do Eng.^o Lemos Proença.

O facto é que, durante os últimos trinta e cinco anos, este Município foi gerido pelo PSD, e é da sua responsabilidade este tipo de situações que estamos a herdar. A passagem dos compromissos financeiros e das dificuldades económicas, da gestão Lemos Proença para a Dr.^a Isabel Damasceno, é hoje muito pior da passagem da Dr.^a Isabel Damasceno para o Dr. Raul Castro. Temos uma Câmara incapaz de se endividar, esgotou as suas capacidades de recurso, temos toda uma série de áreas que era necessário investir sem qualquer capacidade, temos atrasos em várias situações que têm vindo aqui a ser denunciadas pelos senhores Presidentes de Junta, por vários actores, e que no fundo os cidadãos se queixam no dia-a-dia, e, de facto com esta herança não é fácil tomar medidas, quando muitas vezes não há dinheiro para as efectivar, e quando todo um conjunto de opções que foram feitas, com múltiplos erros, obrigam a investimento de milhões para se rectificarem.

Não foi ainda aqui falado mas recordava-vos que para além do apoio ao associativismo, para além da gestão das infra-estruturas, também temos a Carta Desportiva, temos a construção de equipamentos, e o que é que temos no nosso concelho? Temos um conjunto de equipamentos que por força da influência política nasceram num conjunto de freguesias onde não movimento cívico nem desportivo para utilizar devidamente esses investimentos, que se afiguram um perfeito disparate, e depois temos freguesias com uma grande participação cívica e desportiva, e com um grande número de cidadãos, que não têm infra-estruturas para



a prática desportiva, numa política perfeitamente desadequada, não organizada, e baseada na influência política, no desenvolvimento, ou com base em dados concretos para o seu desenvolvimento.

A nossa política desportiva basear-se-á num princípio certamente de apoio ao associativismo desportivo, aos escalões de formação, ao mérito, aos grandes campeões, e muitos nacionais, que temos um pouco por todo o concelho, temos de facto um movimento associativo riquíssimo, com clubes de grande qualidade nas diferentes modalidades, mas nós temos aqui uma preocupação enorme ao nível do cidadão, e aqui vamos querer fazer, de facto, muito diferente.

É importante que um muito maior número de cidadãos possa ter acesso à prática desportiva, porque isso é importante sob o ponto de vista de desenvolvimento, da saúde, da sociabilização dos cidadãos, e foi por isso que no programa do Partido Socialista falamos nas infra-estruturas, pequenas e simples infra-estruturas, espalhadas um pouco por todas as freguesias. Porque também é importante que a grande prática desportiva não fique centrada só na capital do concelho, Leiria, é importante que chegue a todos os cidadãos e a todas as freguesias. É importante multiplicar, nós temos que ter o ensejo e a coragem de que, se o entender, a maioria dos cidadãos de Leiria possa praticar desporto de uma forma informal, e que tenha de facto infra-estruturas, e muitas vezes estamos a falar de situações básicas, que não era necessário gastar muito dinheiro, para que isso possa ser viável. E portanto, será por aí que iremos, tentando nestas questões fazer um largo consenso, sempre que for possível, em torno destas matérias, porque temos consciência que muitas das decisões que tomarmos hoje terão reflexos nos próximos dez ou vinte anos, e é importante que a herança que possamos deixar para as gerações vindouras, seja de facto de qualidade e seja uma herança capaz de desenvolver o concelho de uma forma harmoniosa, nos seus diferentes sectores.

Fica, pois, aqui, o nosso compromisso de, abertamente com todas as bancadas, com os cidadãos de Leiria, criar uma dinâmica desportiva e um desenvolvimento do nosso concelho, capaz de levar os cidadãos deste concelho a praticar desporto, seja ele de uma forma informal ou formal, com o apoio naturalmente do Município, dos cidadãos, das empresas, das suas forças vivas, e portanto será, em nosso entender, fácil fazer melhor, apesar de muito condicionados, com a situação financeira que herdámos.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Conceição.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Carlos Conceição, PSD.

Boa noite!

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores com pelouro, senhores vereadores com pelourinho, sem pelouro, boa noite a todos.

É quase um gosto estar aqui convosco. Começo, e vou ser breve senhor Presidente, por agradecer imenso à senhora Presidente de Junta de Leiria pela graciosa oferta, é suposto ser gracioso não é? Não vamos pagar? Nem à saída? Muito obrigado. Um excelente exemplo daquilo que se pode fazer com pouco dinheiro, pior do que não termos dinheiro é não termos ideias. Parabéns à senhora Presidente da Junta e estou seguro que muitos outros presidentes de Junta têm muitas ideias.

Escutei, atentamente, a intervenção do senhor deputado Pedro Biscaia, a quem saúdo, a quem cumprimento, e escutei com atenção a excelente intervenção, aliás, seguida de uma excelente intervenção do deputado Pedro Faria, duas excelentes intervenções. A partir daí, começámos a estragar.

O PS disse o senhor deputado Luís Pinto, não tem complexos nem tabus referentes à Leirisport, o PSD também não. Eu até sei que o Académico foi dos clubes mais apoiados pela Dr.^a Isabel Damasceno, imenso, e até tem uma dívida bastante expressiva na Leirisport, e pergunto eu, se a estratégia da Leirisport, no seu financiamento, não está também a ser perturbada pelo facto de termos algumas dívidas expressivas de alguns clientes, entre os quais o Académico, a ASAL, o Marrazes, a SAD do UDL.

Eu queria muito honrar, quer o senhor deputado Pedro Faria quer o senhor deputado Pedro Biscaia, queria muito ir nesta linha positiva, porque eu também sou leiriense, eu também votei, e também tenho expectativas, e a bancada do PSD também tem imensas expectativas e temos muito orgulho na obra feita. O mundo mudou, para os



mais distraídos, o mundo mudou, há cinco anos o dinheiro custava muito menos do que custa agora. Diz o senhor deputado Luís Pinto “estudos mentirosos, estudos falseados...”, eu no seu lugar apresentava queixa, com todo o respeito, eu apresentava queixa nos tribunais, no seu lugar fazia-o. Mas nós não nos podemos esquecer, nós os que estamos nas empresas, a trabalhar todos os dias e a lutar muito para assegurar a rentabilidade das empresas, e os salários e os colaboradores, estamos muito a par destas coisas, o dinheiro hoje está muitíssimo mais caro, todas as comparações que os meus bons amigos, a quem saúdo com carinho, fazem, com todo o respeito, já não se colocam, e também discordo. Seguramente se perguntarmos ao senhor Presidente se ele aproveitou este ano e meio que já leva de mandato, para muito trabalho, ele responde já que sim. Ainda bem!

Um ano e meio não é pouco tempo para perceber as coisas, um ano e meio é muito tempo, e já agora, um ano e meio (já dizia Maquiavel), não sou um adepto particular de Maquiavel, eu até sou sportinguista, eu é mais dos estóicos como compreendem, a fazer o mal de uma só vez e o bem aos bocadinhos, e o primeiro ano, seja numa autarquia, seja numa empresa, seja onde for, é um ano absolutamente fundamental. E estou certo que o senhor Presidente e o elenco o aproveitaram muitíssimo bem. Perdoem-me, eu até cheguei há pouco tempo, posso dar-me ao luxo de não ser político, porque alguns de vós, e perdoem-me também, já são políticos há tempo a mais. Desculpem! Alguns dos senhores são políticos há tempo a mais, lá fora está mais rijo, por isso eu saúdo, novamente, a intervenção excelente do deputado Pedro Faria e a excelente intervenção do deputado Pedro Biscaia, e que subscrevo integralmente. Temos muito orgulho no que fizemos, houve asneiras sim, quem faz habilita-se, mesmo o senhor Presidente, agora, já leva tantas asneiras em tão pouco tempo. Ele aqui está, ele e o elenco. Eu vi muitas fotografias aqui aos dois grupos, eu não sei, eu acho que mesmo os senhores jornalistas estavam à espera de uma troca não é? A Eng.^a Isabel Gonçalves daquele lado e a Dr.^a Blandina deste, mas não tiveram essa sorte.

Terminava. Os chineses têm um carácter muito interessante, o carácter que os chineses usam para escrever crise é exactamente o mesmo que usam para escrever oportunidade. Por isso é que se diz uma crise é sempre uma oportunidade, e de facto, agora, chegados aqui temos dois caminhos, porque a Leirisport não é a única empresa municipal a gerir estádios, há mais no País, tenho-as aqui todas. E sabeis uma coisa? Sabeis, seguramente, nós temos um ar muito sábio, os problemas que



nós vivemos aqui hoje, outras cidades do País já os viveram, ou vocês pensam que a roda não foi já descoberta? Muitos viveram-nos, e conseguiram resolvê-los, e já percebemos que o problema do estádio, na minha humilde opinião, hoje dizia isso a alguém a quem respeito muito, não é o nosso maior problema. O nosso maior problema é termos um dos tecidos empresariais mais dinâmicos do País e não aproveitarmos, é termos da gente mais realizadora do País e não aproveitarmos, é termos gente com uma riqueza extraordinária nas bancadas todas e não os metermos a cooperar e a trabalhar em conjunto. Desculpem, desculpem! Por isso não compreendo como é que nós insistimos numa toada crispada, tensa, porque não servimos os nossos leirienses, e nós todos queremos o melhor para Leiria, sem tabus sem politiquices, vamos lá deixar estas coisas. Como é que todos juntos podemos construir o futuro? E agora, demolimos? Talvez! Fazemos o quê? Continuamos a construir? Talvez! Explicamos à SAD da União de Leiria que a vida não é exactamente o que eles pensam? Talvez! Há caminho? Na minha opinião há, há diversos caminhos, agora há outro caminho também que infelizmente nós recorrentemente lá caímos, é o passado, é a herança.

O meu pai deixou-me uma herança extraordinária, o meu pai partiu cedo e deixou-me uma herança extraordinária. Mas sabem qual foi a herança que ele me deixou? Foi aquela que muitos dos senhores que aqui estão têm também, "levanta-te e mexe-te".

Senhor Presidente conte connosco para aquilo que for necessário, nós queremos levantar-nos e mexer-mo-nos em conjunto, porque sentimos, até pela experiência que temos, sabendo que não fizemos tudo bem, mas sentimos que podemos ser um excelente apoio e estamos ansiosos para cooperar no que for necessário, assim tenhamos todos a humildade de o aceitar. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Lembro às senhoras e aos senhores deputados de que existe um pacto nesta assembleia, que tem sido respeitado e deve continuar a ser respeitado no sentido de que não há títulos académicos aqui, somos todos o senhor deputado fulano tal.

Senhor deputado José Francisco por favor.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS/PP)

Boa noite.



José Francisco, CDS.

Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados e público.

Não tinha intenção de intervir mas à medida que fui ouvindo as intervenções dos colegas deputados, também na fase inicial entendi que havia mais alguma procura de soluções, e depois, entrou-se no domínio habitual da politiquice, sem qualquer tom pejorativo, mas de qualquer das formas trata-se de perceber quem, quando como e porquê, e entramos sempre nestas coisas, e pronto, como ando cá há menos tempo também me permitam que tenha uma intervenção que eventualmente seja já chover em terra molhada, mas como não estava cá antes não ouvi, permitam-me se eu me repetir.

Sem ser uma intervenção política, não tenho esse objectivo, apenas numa observação daquilo que é a nossa vida quotidiana na cidade, percebe-se perfeitamente que temos uma série de serviços separados, sem qualquer regra, foram-se alojando, e uma boa parte desses serviços, talvez dependentes dos ministérios da justiça e das finanças, que estão até alojados em instalações privadas, em edifícios espalhados pela cidade, é difícil a qualquer pessoa, quando pretende resolver um determinado assunto, conseguir fazê-lo de seguida, porque estaciona o carro na Marquês de Pombal para ir ao Ministério Público, depois dá uma volta e vai à procura para ir às Finanças, e portanto, andamos aqui num vaivém interminável pela cidade, isto para os mais sortudos que a conheçam e que saibam onde é que têm que ir, depois ainda há os outros que têm que procurar com as dificuldades que isso lhes acarreta. Não tenho a veleidade de me pôr a adivinhar qual será a percentagem de tráfego que temos na cidade, de pessoas que procuram serviços, mas já percebi, ao chegar às Finanças, por voltas nove horas menos um quarto, que nem os próprios funcionários tinham lugar para estacionar os veículos e portanto têm que ir um bocado mais cedo para encontrar um lugar, é um bocado aquela história do posto médico e das pessoas que vão mais cedo para terem lugar. Bem, e isto sem qualquer opinião feita, do ponto de vista técnico, não sei se o estádio permite ou não, o topo norte, sei que a torre norte teria condições, eventualmente, para alojar um hotel, não sei se tem se não, portanto, esta minha intervenção despojada de qualquer fundamento técnico, mas apenas a título de adivinhação e de sugestão, imaginava-se se não poderíamos primeiro investigar, se temos ou não capacidade técnica para instalar serviços, e em vez de fazer uma Loja do Cidadão fazer uma Aldeia do



Cidadão, talvez. Se do ponto de vista técnico tal fosse possível, porque não ir a Lisboa tentar perceber, e segundo me contaram há uns tempos o Ministério Público paga quase três mil euros de renda a um privado.

Há uma série de garagens nesta cidade, que têm processos do tribunal empilhados, e os particulares por elas recebem, Se nós conseguíssemos convencer os ministérios das finanças e da justiça, sendo tal possível do ponto de vista técnico, uma vez mais o reitero, se fosse possível, porque não tentar assinar um protocolo que visasse o alojamento de todos estes serviços no topo norte do estádio, e porque não, tal protocolo certamente seria confiável servir também como aval a um empréstimo. Bem, a cidade não ficaria a pagar nada, teria património, certamente o património da cidade aumentaria, porque as instalações pagar-se-iam, seria o próprio Estado a pagá-las, estacionamento temos, temos mais de quatrocentos lugares de estacionamento no parque do estádio, serviriam certamente para os funcionários, e temos os estacionamentos todos do exterior. Portanto, não me parecia, digamos como mero observador e com toda a leiguice que esta minha intervenção mal preparada o poderá ter, não poderia deixar passar esta oportunidade de dar uma sugestão destas, porque certamente que os interlocutores ao nível dos ministérios estariam certamente receptivos a uma sugestão destas que visa a não delapidação de mais património que nem temos.

Neste sentido, penso que conseguiríamos servir todos melhor, conseguiríamos uma série de serviços no mesmo local, teríamos todos estacionamento, os funcionários teriam certamente condições condignas para o exercício das sua actividade, e se calhar aquilo que há um ano o senhor Presidente falou, que era preciso alguma imaginação para o topo norte, olhe, pelo menos fica a minha ideia, se não tiver fundamento técnico pelo menos ficou o esforço. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Pediu-me a palavra o senhor deputado José Alves, que deve abandonar a Mesa para produzir a sua intervenção a partir da tribuna, e depois ocupar o seu lugar na bancada e só regressará à Mesa no fim de encerrado este ponto.

DEPUTADO JOSÉ ALVES (PS)

Obrigado senhor Presidente.

José Alves, do Partido Socialista.



Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados e Presidentes de Junta, digníssimo público.

Excepcionalmente levantei-me do meu lugar, na Mesa, para mais que uma intervenção de fundo fazer um depoimento pessoal, ou quase pessoal.

Esperava não ser necessário ter de o fazer, já que o pedido desta reunião pelo PSD me deixou surpreso. Na verdade não esperava que o partido responsável pelo estado calamitoso da nossa autarquia e da Leirisport, tivesse a ousadia de querer discutir este ponto em sessão extraordinária, ou seja, dando-lhe maior realce.

Ainda pensei para com os meus botões, que a ideia seria pedir perdão aos leirienses e aos socialistas pelos erros cometidos, à semelhança do que fez o Papa há pouco tempo em relação a alguns membros da hierarquia católica. Puro engano! Apostou na memória curta, que infelizmente os eleitores mostraram ter em algumas ocasiões, puro engano também, os leirienses não se esquecem tão cedo do esbanjamento dos dinheiros públicos em que se traduziu a construção do estádio e seus anexos, tudo à revelia de qualquer regra de boa gestão. É que, para que alguém não se esqueça, o PS e eu próprio teremos o cuidado de lembrar essa gestão danosa, que hipotecou por muitos anos o futuro dos leirienses, o futuro dos nossos filhos. É que o ano de gestão do PS, e apesar de alguns sobressaltos de percurso, não permite ao PSD atribuir ao actual executivo a responsabilidade pelos anos que conduziram a este estado de coisas.

Meus senhores, o problema da Leirisport é sobretudo um problema de falta de dinheiro e não tanto de gestão corrente, embora esta precise de potenciar a obtenção de receitas, atento o elevado número de infra-estruturas desportivas, muitas feitas sem qualquer critério nem justificação desportiva, e apenas por motivos políticos, alguns de chocante valor partidário. Não houvesse passivo acumulado e hoje não se discutiria a sua existência e gestão. Este passivo, é o seu pecado original e para o qual ainda não foi encontrado perdão.

A existência da Leirisport é um problema comum a outros concelhos portugueses, com iguais dificuldades em gerir o seu parque desportivo, já que é desproporcionada as suas necessidades, como são os casos de Aveiro ou de Loulé, onde se fala também da demolição dos respectivos estádios, ou seja, Leiria não embarcou sozinha neste barco. Infelizmente foi acompanhada por outros que tiveram o mesmo real discernimento, nenhum, dos outros não me compete a mim falar mas Leiria compete



e o que me motiva é o facto de ter sido vereador da Câmara Municipal de Leiria nos anos de 1998 a 2001, e embora em divergência com os meus colegas vereadores do PS, entre os quais o actual Presidente da Câmara, ter aceite o cargo de Presidente da Assembleia-geral da empresa municipal enquanto o mesmo existiu, imbuído de boa-fé inicial, apesar das reticências políticas que depois se confirmariam, por todo o desacerto da gestão implantada.

Nesta qualidade, participei em reuniões de Câmara e da empresa e confesso que fui iludido três vezes pelo PSD. Nada me move contra a UDL, clube que muito prestigia Leiria de há muitos anos a esta parte, nem contra a sua SAD que, apesar das críticas justificáveis e do débito que tem para com a autarquia, leva o nome desta cidade pelo País todo e pela diáspora, através de meios de comunicação que dificilmente se teria acesso. Os resultados desportivos da UDL prestigiam Leiria e merecem o nosso reconhecimento.

Tempos houve em que o clube quis instituir um conselho consultivo e convidou a senhora Presidente da Câmara, em que me manifestei contra como fui contra os apoios ilegais de que o clube beneficiou e fui ainda contra os protocolos e contratos celebrados entre a Câmara, a Leirisport e o clube, porque sempre entendi que tais protocolos e contratos serviam a SAD mas não serviam o interesse público e era uma forma escondida de subsidiar uma sociedade comercial.

Ao tempo, sugeri até que, pelo menos os jogadores e o treinador do clube, participassem no desporto escolar e amador como forma de incentivar a prática desportiva, como forma até da UDL se aproximar dos leirienses e estes desta, o que certamente traria mais atletas e mais sócios. Nada consegui, e o dinheiro lá se foi transferindo ao sabor das conveniências e vontades de quem geria a autarquia.

A senhora Presidente de Câmara acabou por aceitar integrar tal conselho, com o insucesso que se reconhece. Por nunca ter aceite a forma de estar da UDL SAD estou perfeitamente à vontade para aqui reconhecer o mérito que também tem.

Face às boas classificações, o nome de Leiria é divulgado positivamente e isso tem valor, inclusivamente, económico. Disse aqui, na última sessão da Assembleia Municipal, o senhor deputado Pedro Faria, que o PSD se teria apercebido da quantia a pagar pelo estádio e que levaria tal assunto aos partidos esperando que alguém levantasse a questão para a Câmara poder recuar. Ora, não posso concordar com tal asserção. Era dever do executivo, de maioria absoluta e não como nós temos, recuar, sentiria que estava a conduzir o processo para o abismo. Não de ver de



nenhum membro de qualquer partido, dar o pretexto ao executivo para recuar e poder invocar esse álibi para o fazer. Quem governa toma decisões e não espera que outros as tomem. Para isso foram eleitos. Porque não agiram?

Mas lendo as actas da câmara e da assembleia municipal verificamos, por múltiplas vezes, que o executivo foi questionado sobre tal matéria, sobretudo pelos vereadores do PS, mas também pelos deputados do CDS, entre os quais o deputado Domingos Carvalho, e até do Presidente da concelhia do PSD, José António Silva. A todos o executivo foi fazendo ouvidos de mercador, tentando justificar o injustificável.

Durante muito tempo a senhora Presidente de Câmara, embora renegando os 3,9 milhões de contos, passou tal verba para 7 milhões e isso manteve intransigentemente. O resultado é conhecido, como é conhecido o resultado da envolvente do estádio, daquela magnífica ponte de acesso ao parque de estacionamento, que custou dez vezes mais que qualquer outra ponte sobre o mesmo rio. Em que consistiram as ilusões do PSD?

A primeira, e que me levou a votar a favor a candidatura de Leiria ao EURO 2004, foi a apresentação de um esboço de estádio, que custariam os referidos 3,9 milhões de contos, tendo como contrapartidas a divulgação nacional e internacional de Leiria, a construção pelo estádio de uma série de infra-estruturas e acessibilidades, designadamente a circular interna e externa de Leiria, e a comparticipação em 25% do seu custo.

Ora, como é sabido, nem os 25% corresponderam ao total do custo do estádio nem as acessibilidades foram feitas, só agora e parcialmente está a ser alargado o IC2. Sempre pensei que o executivo, com membros formados em engenharia civil e economia, apresentariam um projecto realista, assim como, sempre pensei que nada avançaria sem estarem asseguradas as contrapartidas. Puro engano!

De seguida, foi aprovada em reunião de Câmara uma verba avultada, para a reparação completa do antigo pavilhão gimnodesportivo, o que me levou até a questionar o senhor vereador do desporto, se não seria melhor construir um novo, e já agora, um multiusos. Resposta negativa, o pavilhão servia muito bem, passado pouco tempo foi demolido. Demolida foi igualmente uma pista de tartan praticamente nova.

Visto o projecto do estádio tal como hoje conhecemos, perguntei para que eram aquelas salas todas, aqueles restaurantes todos. A resposta foi que o senhor vereador queria fazer do estádio de Leiria uma coisa semelhante ao estádio do Bétis



em Sevilha. E o sucesso do estádio passaria pelas famílias leirienses, que iriam aos domingos ao estádio. Enquanto os homens se desenvencilhariam a ver o futebol, as mulheres e os filhos deliciar-se-iam nos cabeleireiros, nos restaurantes, nas salas de diversão, lojas, ginásios, etc., etc. Como sabem, tais salas estão às moscas.

Finalmente resolveram criar a Leirisport, apresentada como uma empresa municipal modelo, e com garantias absolutas de sucesso. Para tal, apresentaram um projecto de estatutos e de acordos parassociais com a Parque Expo, a Caixa Geral de Depósitos e o BPI. Perante o nome destas entidades e a experiência de gestão da Parque Expo, e o financiamento destes bancos, o Zé caiu mais uma vez. Pura ilusão! Passado pouco tempo, os outros parceiros desfizeram-se da sua participação social e a Câmara ficou sozinha com aquele embrulho, o embrulho que hoje tratamos aqui. Para este embrulho, o executivo PSD convidou um vereador do PS a integrar o Conselho de Administração desta empresa, e todos recusaram, há muito que tinha passado o tempo das ilusões. Contudo, aceitei deixar-me convencer, e convenci-os, a aceitar o cargo de Presidente da Assembleia-geral, confesso o meu arrependimento, mas mantinha a boa-fé inicial porque era um investimento infra-estrutural de grande envergadura para o concelho e que só foi defraudada pela inexistência de uma gestão lúcida e planificada de um projecto pior elaborado que o de qualquer aviário, onde o subsídio sempre chegou para a totalidade do investimento, embora distinga perfeitamente a gestão de uma entidade pública da de um particular. Embora fosse um cargo quase honorífico, sem as mordomias quase chocantes que os senhores vereadores do PSD vieram a ter, e rapidamente extinto por força da redução dos accionistas a um único, exerci-o e disso sou o único culpado.

A partir daqui, o meu sentimento foi de absoluto repúdio pelo estádio, pela Leirisport, e pelo modelo de gestão desta até à tomada de posse do actual executivo. A imagem criada por essa gestão, não falo sequer do caso do gerador ou da acumulação absurda de vencimentos dos vereadores a tempo inteiro com vencimentos da empresa, querendo aqui deixar os meus parabéns ao senhor vereador Eng.º Martinho, pela sua postura de serviço que muito o dignifica, já que exerce o cargo gratuitamente, foi de absoluta incompetência, descalabros públicos, o que levou até a senhora vereadora Eng.ª Isabel Gonçalves a prometer a sua extinção.

Senhores deputados, não defendo para já a extinção da Leirisport, até porque nela trabalham muitos colaboradores que dão o melhor de si, em prol da mesma, e que são alheios a tudo isto, trabalhadores que não podem integrar os quadros



municipais, sendo assunto que deve merecer o debate público e a tomada de posição em tempo oportuno dos órgãos do Município, decisão que deve respeitar a actividade desportiva e os interesses credores e trabalhadores.

A empresa tem quase oitocentas mil utências e presta enorme serviço aos munícipes. O descalabro com que a gestão do PSD nos brindou não pode ser colmatado com a extinção da empresa nem com a implosão do estádio.

Não estou certo, ao menos, das economias resultantes da eventual integração ou desmembramento. O problema principal chama-se estádio, o seu subaproveitamento e a amortização do seu custo e juros. É este o problema que tem de ser resolvido em primeiro lugar, e para o qual ainda não surgiu solução, pese embora os esforços feitos pelo executivo, sendo que a solução apontada pelo PSD, de realizar casamentos e baptizados, não parece convencer ninguém.

O contrato actual com a UDL SAD, está bem concebido já que em vez de ser a Câmara a comprar o espectáculo ao clube é este que paga o uso das instalações desportivas. Se paga a bem ou a mal é uma questão a ver nos próximos tempos.

A Câmara não organiza, não compra nem vende espectáculos, quanto muito apoia como faz com a cultura em geral, certo é que, o jogo em si mesmo custa oito mil cento e onze euros, e o contrato permite imputar dezassete mil e quinhentos euros uma vez que foi possível transpor para a UDL as amortizações e encargos até aqui pagas pelos leirienses. Idêntico benefício se conseguiu na isenção do IVA, quanto às indemnizações compensatórias à Leirisport, correspondentes às prestações a pagar ao BPI, e que traduz uma poupança de quatro milhões de euros.

Vossas excelências que tanto criticam os pareceres e estudos obtidos, também deveriam criticar este ao criticar a vossa posição pela incompetência demonstrada neste assunto. Se o PSD nos quiser acusar de prejuízos de dezoito jogos da UDL pode acusar, a gente aceita e até dá isso de barato, mas como não queremos ficar a dever nada, vamos creditar esses cento e cinquenta mil euros, ou mesmo trezentos mil, num montante de noventa milhões de euros, que a gestão PSD ficou a dever aos leirienses, valor acrescido dos resultados negativos dos exercícios de 2005 a 2009, num montante de doze milhões de euros e de um milhão e cem mil euros do gerador e dos ordenados e mordomias das sucessivas administrações.

Já agora, e mesmo para finalizar, gostaríamos que o PSD justificasse a adjudicação de diversas fases da construção do estádio ao concorrente que apresentou propostas



mais altas, na ordem de um milhão e quinhentos mil euros, sendo que os concorrentes com o preço mais baixo se chamavam ENGIL, EDIFER, entre outros.

Razões de carácter financeiro e de prazos? Não brinquem connosco por favor!

Perante esta realidade, devem vossas excelências ao concelho de Leiria a quantia já vencida, superior a cem milhões de euros, resultantes das diferenças apuradas entre a ilusão que nos venderam e que obteve o nosso voto, e a realidade dos números.

Finalizando, eu acredito que a má imagem que a Leirisport apresenta, tem apresentado, se deve em primeiro lugar ao estádio, ao seu custo, à imagem como utilização, se deve também à política da União Desportiva de Leiria, se deve também aos vencimentos dado as sucessivas administrações, se deve ainda ao gerador, e depois há outros factores, que eu consegui identificar alguns deles, mais recentes, como a localização dos pavilhões, o seu subaproveitamento, a falta do pavilhão multiusos, e outros que justificam que a população olhe para a Leirisport como alguma imagem muito negativa.

E nesse sentido, e porque há uma comissão de acompanhamento da Leirisport, eu apresento na Mesa uma proposta que passarei a ler, que tinha fundamentado mas que vou guardar para a próxima assembleia quando vier (se vier) o relatório da comissão

PROPOSTA

Tendo em conta a natureza e razão da criação da Comissão da Assembleia Municipal de acompanhamento da gestão da Leirisport, a Assembleia Municipal delibera que esta analise e se pronuncie quanto aos critérios de preço, caderno de encargos, requisitos, selecção e adjudicação e quanto à execução e cumprimento, sobre:

- 1 – O contrato de serviços informáticos celebrado em 2/1/2008 com Vieira e Bastias Lda e sua execução no dia-a-dia da empresa municipal;
- 2 – Os contratos de arrendamento ou de exploração dos bares/restaurantes das piscinas e do parque de campismo do Pedrógão, identificando os adjudicatários, arrendatários ou cessionários iniciais ou subsequentes e os demais critérios supra enunciados nos anos de 2007 a 2010;
- 3 – Saber se em relação ao ponto anterior algum dos intervenientes foi ou era ao tempo sócio de algum administrador da Leirisport em qualquer sociedade, designadamente na VBE Solutions, e se os mesmos eram sócios ou mantinham laços de familiaridade entre si ou com as sociedades envolvidas, designadamente Teresa



Maria Soares Vitorino, Luís Filipe do Couto Vieira, João Paulo Baixinho Empadinhas, Vieira e Bastia Lda, Cups & Swim e VBE Solutions;

4 – Qual foi o critério de aquisição dos torniquetes do estádio, seu fornecedor, preço e qualidade;

5 – O que aconteceu aos duzentos terminais POS;

6 – O que aconteceu ao equipamento do restaurante VIP;

7 – O destino integral da bancada amovível que preenchia o topo norte;

8 – Os critérios de adjudicação da fase de construção das estruturas do estádio, incluindo a zona enterrada do topo norte e fornecimento e montagem da cobertura;

9 – Os critérios de concepção e adjudicação da ponte de acesso ao estádio;

10 – A ocupação qualitativa e quantitativa dos pavilhões gimnodesportivos.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

O senhor Presidente da Câmara foi interpelado várias vezes ao longo das sucessivas intervenções, e portanto, é justo, que lhe dê a palavra porque o debate será encerrado, obviamente, pelos proponentes do ponto.

Antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara gostaria de esclarecer o seguinte:

A proposta que acaba de me ser entregue, e isto vale para qualquer outra que me venha a ser entregue, não pode ser votada na sessão de hoje. O nosso Regimento é muito claro a esse respeito, salvo se, pelo menos 2/3 dos membros da assembleia reconhecerem urgência na deliberação imediata, só podem tratar-se matérias constantes da ordem e trabalhos e a ordem de trabalhos apenas diz apreciação e discussão, não fala em qualquer tipo de votação no que diz respeito a este ponto da ordem de trabalhos.

Portanto, salvo erro e melhor interpretação, entendo que a proposta deve transitar para a próxima sessão da Assembleia Municipal.

Tem agora a palavra o senhor Presidente da Câmara.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Boa noite mais uma vez.

Fazia aqui já uma introdução à possibilidade de, uma vez que estão aqui presentes representantes do gabinete de auditoria e estão preparados para isso, fazerem uma pequena demonstração dos resultados a que chegaram, e portanto se houver



necessidade de prestar esclarecimentos acho que são as pessoas certas para o efeito, se assim o entenderem.

Quanto às questões que foram postas eu queria previamente dizer uma coisa que me vai na alma e que resulta de conversas que tem havido com alguns membros desta Assembleia Municipal.

Parece haver consenso de que realmente há um problema complicado, parece haver consenso na necessidade de criar as condições necessárias para que se possa fazer a abordagem aos problemas existentes, de modo a procurar as soluções porque está em causa a situação financeira do concelho, está em causa a não realização de determinado tipo de investimentos que gostaríamos de realizar, e portanto, e todas estas coisas se encaixam umas nas outras. E queria também dizer que era muito fácil demonstrar aqui, e estou disponível se assim o entenderem, para aquilo que nós não queremos continuar a fazer. Acusam-nos de não haver política desportiva municipal, e nem mais nem menos, aquilo que está a ser feito é o que vem de trás, estamos a manter todos os programas com uma pequena diferença, como é óbvio, com menos dinheiro. É a única diferença!

Mantém-se o PAAD, mantém-se o apoio às infra-estruturas, mantém-se o apoio às associações, mantém-se o apoio a determinados eventos que tenham interesse concelhio e supra concelhio, e portanto, Viver Activo, Férias Sem Limites, mantemos todos os programas. E acho, enfim, algo desnecessário, tremendamente injusto, dizer que não se conhece política desportiva municipal.

Há algumas alterações que queremos fazer, nomeadamente no programa Viver Activo, foi aprovado hoje em reunião de Câmara, e há algumas iniciativas que queremos concretizar no sentido de rentabilizar as estruturas que temos, mas acima de tudo possibilitar a todas as crianças do concelho uma nova forma de estarem na prática ou envolvidos naquilo que é a prática desportiva. Queremos aproveitar as chamadas AEC's para que na competência respeitante ao desporto haja a possibilidade de, em três trimestres, haver a frequência daquilo que é designado por desenvolvimento motor, o outro trimestre para a prática de natação, e outro trimestre para a prática desportiva. É por aí que podemos obter resultados naquilo que é essencial que é criar condições para uma boa formação das crianças do concelho.

E naturalmente que, perante esta situação, e quando há pouco fui afrontado mais uma vez, no estilo irónico do meu caro amigo João Cunha, é verdade que foram



feitos contactos para a possível existência de algum comprador de estádio. Se houvesse era a proposta que aqui traríamos, porque ele daqui não foge, e porque sabemos que há pelo menos uma dúzia de grupos internacionais com este tipo de apostas, e a pena é que não apareça alguém que o queira comprar, porque ele daqui não foge, e com certeza tem aquela função para a prática do desporto, nomeadamente futebol e atletismo. O nosso problema é efectivamente financeiro, e não quero vir aqui evocar, dar exemplos, daquilo que foi má gestão ou boa gestão, não interessa para o caso, temos um problema e temos que ter a capacidade de sermos possíveis de congregar esforços para o resolver, porque estamos a penalizar a geração actual e a geração do futuro.

Quando se pôs a questão de haver ou não haver estádio, que é o que origina toda esta situação, seguramente que a maioria, eu incluído, estivemos de acordo face àquilo que foi posto em cima da mesa, porque eu também fazia parte desse executivo. Quem não gostaria, e eu perguntei, recordo-me nitidamente, quem é que iria suportar os 3,9 milhões de contos, quanto é que custaria à autarquia, e a resposta foi dada e veio a verificar-se que 25% era o Governo central, e o resto eram fundos comunitários. Depois, aparece uma empresa e perdeu-se o controle, hoje sabemos quanto é que custou o estádio e a sua envolvente. E é por essa razão que temos encargos que temos que ter a capacidade de poder criar as melhores soluções. Estamos na expectativa e tem sido uma luta permanente, ao longo destes catorze meses e uns dias, de tentar buscar soluções que permitam minimizar os custos que nós temos, porque na verdade se calhar ninguém tem culpa de estarmos a ter estes encargos que temos que honrar. Diria que ninguém terá culpa, temos que assumir isto. O problema está cá, mal ou bem praticamente foi votado como tal, e portanto hoje, aquilo que se pretende e é naquilo que temos andado a trabalhar, é ver se há soluções para minimizar os custos que temos. Para além deste tipo de problema, tivemos que nos confrontar com esta crise que está a ter consequências muito profundas como todos sentimos.

E no mesmo sentido, quando se põe aqui a questão daquilo que será eventualmente os problemas das associações que se sentem com menos apoio, parece que é só o dinheiro que faz mover algumas associações. Não concordamos com isso, e somos frontalmente contra o tipo de subsídios de existência. Temos que apoiar e temos excelentes exemplos no nosso concelho, de associações que têm feito um trabalho



extraordinário e esses é que merecem o apoio e o reconhecimento das entidades públicas, neste caso a Câmara Municipal.

Ninguém gostaria mais de dar resposta às solicitações do que quem está à frente da autarquia, acho que todos entendem isto, simplesmente temos quatro anos para ver o que conseguimos concretizar. Naturalmente que algumas das questões aqui avocadas, penso que não se enquadram dentro deste princípio que alguns enunciaram, de alguma cortesia, de algum espírito de colaboração, para podermos resolver um problema que é de todos e não é só de quem está na Câmara. E por isso, quando foi acordado numa determinada reunião a necessidade de fazer um estudo, foi mais uma ajuda para podermos tomar as decisões certas quando chegar o momento oportuno. Não é aquele estudo que vai dizer claramente qual é a opção que tem que ser feita, mais vai ajudar a que possam aparecer outras soluções. Mas é preciso muito mais dados, estamos a tentar obter mais dados para que quando for o momento oportuno possamos começar a discutir este problema que tem a ver com o melhor modelo de gestão das estruturas desportivas do concelho.

Saúdo aqui a disponibilidade de alguns para colaborar na busca destas soluções, queria dar aqui nota, a pretexto de uma intervenção do senhor deputado José Francisco, de que recebemos, mas eu também não quis fazer qualquer referência hoje aqui porque não sinto que haja essa vontade, apesar de ter recebido por escrito que está em procedimento o arranque do novo campus judiciário de Leiria, para próximo de terrenos que são da prisão-escola, que é um processo que ainda não conseguimos entender bem aquilo que o Ministério da Justiça em tempos propôs e que nós à partida seremos frontalmente contrário àquela solução.

Por último, manifestar a disponibilidade para estarmos colaborantes e aceitar, sempre dissemos desde o primeiro dia, apareçam propostas de solução e nós estamos cá disponíveis, porque não queremos entrar nos caminhos que eram o mais fácil para nós, os exemplos que temos, os comprovativos, para demonstrar que as coisas não andaram bem. Se fosse caso disso, e nunca o queremos utilizar, servir de desculpa seja para o que for, tomámos determinadas opções, tem havido alguma crítica em relação ao novo contrato entre a Leirisport e a SAD, houve ali uma tentativa de defender interesses dos municípios do concelho. Obviamente não contávamos que uma empresa que em Junho não tem dívidas, o que permitiu a sua inscrição numa competição de primeira Liga, de um momento para o outro



começasse a chover, na Leirisport, um conjunto de ofícios para terem o privilégio de irem buscar as receitas que já havia, resultantes dos jogos.

E portanto, só para vos dar nota final desta nossa disponibilidade, para podermos ajudar, todos em conjunto, à solução de um problema que temos e que é de todos. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

O senhor Presidente disse no início da intervenção dele que estavam cá os técnicos que fizeram o relatório da auditoria à Leirisport. Acontece que ao longo das intervenções ninguém suscitou a intervenção desses técnicos. Portanto, não se justifica, do meu ponto de vista, que eles tenham intervenção nesta sessão da assembleia uma vez que esse tema não foi objecto de abordagem, de fundo, pelo menos, por parte das senhoras ou dos senhores deputados.

Para encerrar o ponto tem a palavra, julgo que em nome dos proponentes, o senhor deputado Manuel Antunes. Tem, como sabe, cinco minutos nos termos regimentais.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Vou tentar cumprir senhor Presidente!

Deixe-me primeiro, e fora desse tempo, que cumprimente a Mesa, começando pelo senhor Presidente, os senhores secretários, o senhor Presidente da Câmara, os senhores vereadores sem distinção, os senhores deputados, cidadãos de Leiria, elementos da comunicação social.

O grupo municipal do PSD pediu esta assembleia extraordinária para que de uma forma aberta, franca, leal e digna, se pudesse discutir a política desportiva da Câmara e a situação da Leirisport, é assim que consta da nossa agenda de trabalhos. Não estava em causa discutir se o estádio deviria ou não deveria ter sido construído. Essa análise já há muito foi feita. Gostei do discurso político-filosófico do deputado Pedro Biscaia, mas não era este o nosso objectivo, ao pedir o agendamento moveu-nos o desejo de ajudar a procurar soluções para um problema que todos reconheceram nesta sessão.

Entendeu o PS, ensaiar a fuga para a frente, descobriu a política desportiva da rua, fica bem, é provavelmente popular, mas também não foi possível com isso discutir o problema principal.



A Leirisport, a funcionar desde 2001, tem conhecido várias fases de governação, mas a questão que se põe agora é de saber como deve ser no futuro. Passados dez anos pensamos ser uma boa altura de fazer a análise. Neste sentido, penso que o último ano com nova gestão camarária, ano e meio, não foi propriamente uma evolução positiva. A entrega directa dos fundos de origem camarária à SAD União Desportiva de Leiria, não favorece a situação financeira da Leirisport, em nosso entender.

Gostaríamos que o senhor Presidente da Câmara tivesse exposto os princípios da gestão desportiva desta Câmara, em actividade há quase um ano e meio, ao invés, vieram os deputados do PS voltar a ressuscitar o passado. Será que este executivo reconheceu que de facto, também o partido da maioria fez parte do corro inicial do aleluia, saudação à nova infra-estrutura? Nenhum dos deputados socialistas ousou, sequer, mencionar o termo “política desportiva da Câmara”. Haverá uma política desportiva nesta Câmara?

Notei que entre os quatro documentos do suporte desta assembleia não havia nenhum sobre este assunto, portanto, ficaram defraudadas as nossas intenções uma vez que sem elementos fornecidos pela Câmara, ficámos sem possibilidade de contribuirmos para a discussão que pretendíamos.

Mas voltemos à Leirisport.

O relatório de auditoria encomendado pela Câmara também não nos foi facultado. Temos conhecimento de algumas das suas conclusões mas independentemente dos seus positivos ou negativos teria sido interessante discuti-los. Foi aqui sugerida a simples extinção da Leirisport, esta foi sempre a posição assumida pelos dois partidos mais à esquerda. Admitimos que até possa ser uma solução a considerar, dentro do leque de soluções a discutir, mas só a poderíamos ter discutido em conjunto com outras. A discutir que assumindo a sua manutenção temos que discutir que modelo de gestão? Feita por quem? Certamente não com gestores inatos nomeados com base em puras considerações de família política.

Os cidadãos de Leiria saberão finalmente reconhecer que mais do que apurar culpas há que encontrar soluções e quem procura evitá-las.

O PSD estará como sempre esteve, aliás, disponível para integrar um grupo alargado de trabalho que foi sugerido pela Leirisport. Mas não é a tal grupo que compete definir a política de gestão desportiva da Câmara, e não diga, senhor deputado Luís Pinto, que não chega um ano e meio. Se não a consegue definir, neste período, quando pretende implantá-la?



A simples retórica do benefício da prática do desporto para a saúde não é obviamente nenhuma proposta, nesse sentido, esta sessão foi uma pura perda de tempo. Ficou apenas e registámos, o pedido de perdão, claro, expresso pelo deputado José Alves, que afinal também participou no projecto inicial que agora renega. Ficou também por esclarecer o papel que neste assunto desempenhou o então responsável pelo desporto do executivo socialista de Guterres, que hoje, para mal dos nossos pecados, é nosso Primeiro-Ministro. Felizmente, o PS ainda tem alguns elementos e cito, Pedro Biscaia, que nesta discussão se tratou de uma voz sensata, uma lufada de ar fresco.

Finalmente, o senhor Presidente da Câmara veio dizer-nos que se limita a manter o programa do executivo anterior, levantando uma pontinha de um véu, sobre eventuais pequenas modificações. E afinal, o estádio sempre tem uma utilidade e daqui não sai. Ficamos satisfeitos com isso, afinal o problema surgiu da fuga aos compromissos assumidos pelo Governo de então, como muito bem disse a partir daí o controle foi perdido.

Saudamos esta sua intervenção e mais uma vez manifestamos a nossa disponibilidade para encontrar uma solução de futuro. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Trata-se, como é sabido, de uma intervenção final do debate. Não é apenas uma prática minha, é uma prática regimental. Se o senhor deputado pretende fazer um protesto eu dou-lhe a palavra para um protesto, agora não pode pedir um esclarecimento porque isso seria reabrir o debate.

A senhora deputada Odete João está a pedir a palavra para? Um protesto. Não posso impedir, tem que ser formalmente um protesto, dizer qual é o protesto e tem um máximo de três minutos para o fazer. Faça favor senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

O protesto é que, os dois partidos à esquerda estariam contra a Leirisport e isso é errado. Eu defendi aqui a Leirisport, o que eu critiquei foi a venda, a possível venda de partes do estádio que dão lucro, não tem nada a ver com a Leirisport.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.



Senhora deputada Odete João, tem a mesma limitação de tempo e terá que ser formalmente um protesto.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Odete João, Partido Socialista.

E é um protesto senhor Presidente.

Boa noite a todos. Apenas para dizer que, no uso das competências dos deputados e desta assembleia, qualquer um de nós pode solicitar ao executivo todos os documentos de que necessita para trabalhar. Portanto, não compreendo como é que é possível afirmar que faltaram documentos.

A pergunta é: Pediram?

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Não se trata de um protesto senhora deputada trata-se de uma pergunta, não considero um protesto.

Senhoras e senhores deputados este ponto está encerrado. O senhor deputado José Alves pode regressar ao seu lugar de primeiro secretário da Mesa.

Gostaria de dizer que a proposta apresentada pelo senhor deputado José Alves e peço que ele compreenda esta minha posição, será, sem necessidade que ele peça a palavra para o efeito, discutida e votada no período de antes da ordem do dia da próxima sessão da Assembleia Municipal, salvo se alguém entender que esta minha interpretação está errada.

Eu analisarei, depois, a proposta com atenção, se me parecer, face à agenda dessa sessão, que é mais proveitoso ela constituir ponto da ordem de trabalhos, tomarei a decisão de a incluir como ponto da ordem de trabalhos e assim se facilitará a vida às senhoras e senhores deputados, aligeirando o período de “antes da ordem do dia”.

O senhor deputado Manuel Antunes pede que se faça um curtíssimo intervalo antes de iniciarmos o último ponto da ordem de trabalhos. Tem todo o direito de o fazer, é um direito regimental senhor deputado. Temos cinco minutos de intervalo.

(intervalo)

**4. AUDITORIA FINANCEIRA AO MUNICÍPIO DE LEIRIA
(EXERCÍCIOS DE 2006 A 2009) – Apreciação e discussão nos termos
da alínea i) do n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09;**



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhores deputados pedia-lhes que ocupassem os vossos lugares, vamos reiniciar os trabalhos.

O último ponto da ordem de trabalhos, Auditoria Financeira ao Município de Leiria, Exercícios de 2006 a 2009, muito embora eu tivesse pensado, pode ler-se na acta da assembleia onde ele foi proposto, fazer a proposta de agendamento deste ponto, antes de eu o fazer o Partido Socialista apresentou uma proposta nesse sentido como todos com certeza se recordarão, na pessoa do senhor deputado José Manuel Silva.

Pergunto portanto, uma vez que o deputado José Manuel Silva não está, ao Partido Socialista que pediu o agendamento deste ponto, e pergunto nomeadamente à senhora deputada Odete João, quem usa da palavra para os dez minutos regimentais para apresentação do ponto. Faremos exactamente com a mesma metodologia que adoptámos no ponto anterior.

Senhora deputada Odete João para apresentar o ponto.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Odete João, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhoras e senhores deputados, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta.

O relatório de auditoria à situação financeira da Câmara Municipal de Leiria é mais uma demonstração clara da forma desastrosa como, nos últimos mandatos autárquicos, foram geridos os dinheiros públicos e os destinos do Município.

A responsabilidade política da situação financeira em que o concelho está mergulhado, tem um nome: chama-se PSD. Por mais ruído que os senhores deputados e vereadores do PSD façam, por mais que reclamem, a verdade é irrefutável.

Durante anos a governação autárquica desbaratou os recursos financeiros do concelho, incumpriu, e de nada serviram os sucessivos avisos e as críticas construtivas dos vereadores e deputados municipais do PS durante todos esses anos, de nada serviu. Cabe hoje ao PS, corrigir as más práticas, recuperar o défice e colocar a gestão económico-financeira da autarquia no caminho da responsabilidade e do rigor, de onde nunca deveria ter saído.



Este é um desafio que nos convoca a todos pois o que está em causa, para além da situação financeira, é a credibilidade das instituições, é a sustentabilidade das políticas públicas, e é esse capital de valores que foi delapidado.

Já em 2008 o relatório da Inspeção Geral de Finanças, relativo ao triénio 2004/2006, era contundente e cito: “Falta de fiabilidade na informação contabilística, omissão da dívida entre 2,4 milhões e 3 milhões de euros, violação, em 2005, do regime de endividamento líquido, situação de desequilíbrio conjuntural, insuficiência dos procedimentos de controlo interno, informação incorrecta à Direcção Geral da Administração Local...”, o que levou a que a autarquia fosse indevidamente incluída nos procedimentos de rateio. Com estes resultados, parecia sensato alterar procedimentos, corrigir as políticas autárquicas, desenganem-se, o PSD continuou igual a si próprio.

Assim, de 2006 a 2009 não se observaram alterações nas políticas autárquicas, o relatório que analisa o sistema de controlo interno e a situação económico-financeira da autarquia dá-nos, disso, conta.

Nos sistemas de controlo interno, conclui esse relatório, que ainda há muito a corrigir. Desde os regulamentos internos que estão desactualizados, os registos que são diferentes e que não são convergentes, à falta de rigor nas estimativas de custos, há de tudo. Estas conclusões continuam em linha com o relatório do triénio anterior da Inspeção Geral de Finanças. Nada se alterou!

E mais, o relatório aponta ainda incongruências ao nível dos procedimentos, obras que deveriam ter sido executadas em quatro meses bastaram três dias, entrega de reboco posterior à entrega da pintura, não sei se pintaram os tijolos e depois fizeram o reboco, talvez! Fraccionamento da despesa e obras sem cabimento, liquidação do IVA de forma incorrecta, com prejuízo necessariamente para os cofres da autarquia, apoio indevido às Obras Sociais da Câmara Municipal, concessões que se perpetuaram sem qualquer avaliação, contratos de arrendamento que não foram revistos e actualizados, tudo isto com custos para a autarquia.

Estes dados revelam bem que o governo autárquico do PSD não soube, não quis, ou não foi competente para gerir com rigor o dinheiro dos contribuintes. O laxismo perpetuou-se com custos muito pesados para todos.

A análise financeira também não deixa margem para dúvidas. A contratação de financiamentos adicionais resolveu o problema a curto prazo, mas revelou-se



imprudente por criar enormes dificuldades a médio prazo. O PSD não resolveu o problema, adiou-o. A factura chega sempre, mais tarde e com juros.

A estabilidade financeira está seriamente posta em causa, as dívidas a terceiros são superiores a 87,2 milhões de euros, e ainda temos que somar os tais ditos 20 milhões do Estádio, ou seja, temos uma dívida superior a 100 milhões. Esta é a terrível herança que o PSD deixa para o concelho, a asfixia financeira. Este é o resultado das obras megalómanas, derrapagens financeira, este é o resultado de sucessivas decisões políticas erradas e práticas indevidas.

Refere ainda o relatório que se verifica a degradação dos resultados operacionais, motivados pela redução de proveitos operacionais, e também pelo aumento dos custos operacionais, demonstrando uma desadequação entre estas duas rubricas.

Quem sai derrotado, em todo este processo, é o PSD e todos aqueles que durante anos a fio enalteceram as virtudes incontestadas da sua gestão. Quem sai derrotado, são aqueles que sempre apregoaram a melhor gestão da coisa pública, com lógicas orientadas para o imediato e sempre com consequências desastrosas. Hoje, como antes, responsabilizamos firmemente, as sucessivas gestões autárquicas do PSD. Os leirienses, não deixarão de tirar as devidas ilações sobre os prejuízos que lhes foram causados, e as implicações que tudo isto tem no futuro desenvolvimento do concelho.

Senhoras e senhores deputados, não julguem que nos é grato apresentar este relatório, obviamente preferíamos que não existisse, e isto já foi dito aqui pelo deputado Pedro Biscaia, aquando da análise do relatório da Inspeção Geral de Finanças. Seria muito melhor para o concelho, seria muito melhor para todos, seria muito melhor para esta gestão autárquica do PS que não tivéssemos que trazer aqui esta situação.

Por isso, aquilo que vos podemos dizer é que a palavra-chave para definir a resposta política do PS é a palavra responsabilidade. Responsabilidade no rigor orçamental e firmeza nas mudanças que se iniciaram. Os leirienses confiaram ao PS a missão de governar os destinos da autarquia, e nós, no respeito pelos munícipes, no respeito por todos, cultivamos e cultivaremos sempre o rigor e a transparência da informação enquanto princípio, os munícipes têm, pois, o direito de conhecer a real situação financeira da autarquia, para, conhecedores da verdade, acompanharem as políticas autárquicas e a acção do actual executivo para saldar as dívidas, bem como, as



dificuldades financeiras existentes para a realização dos investimentos necessários ao concelho.

A gestão autárquica do actual executivo tem uma agenda e um rumo bem definido, o caminho do equilíbrio das contas municipais. E este ganho é absolutamente fundamental para a credibilidade da gestão autárquica, numa conjuntura económica e financeira ainda mais complexa, numa conjuntura económica e financeira ainda mais exigente, continuaremos uma política séria, de contenção orçamental e de espartano rigor.

Reafirmo, para que não subsistam dúvidas, o PS cumprirá o seu dever, o PS não hipoteca o futuro dos leirienses. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

A senhora deputada Clarisse Louro.

DEPUTADA CLARISSE LOURO (PSD)

Boa noite!

Clarisse Louro, PSD.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, senhores jornalistas, meus senhores e minhas senhoras.

No início deste novo ano, queria mostrar a minha indignação e a de muitos munícipes que me têm abordado, que eu represento, e que faço deles a minha voz sobre o tão falado relatório da auditoria que o executivo encomendou, por ajuste directo, como não posso deixar de referir. Tem servido para alimentar o folhetim da desgraça e para tentar legitimar o rotundo falhanço desta gestão com a estafada, pesada, herança.

Esta estafada, pesada herança, foi aqui mais uma vez evidente no discurso da senhora deputada Odete João, discurso de arrogância e de muito mau gosto político. Mas isto é um exercício político infelizmente comum em Portugal, o País está habituado a isso, e está farto disso. Seria bom que todos o percebêssemos claramente.

Eu não me irei debruçar pormenorizadamente sobre os conteúdos do relatório de auditoria, não me compete isso. Começo por me referir que não gostaria de ver este relatório como uma encomenda, mas vou tendo alguma dificuldade em evitá-lo.



Tornou-se moda em Portugal que os candidatos autárquicos, nuns casos em plena campanha eleitoral, e aí, ainda se poderão vislumbrar alguns vestígios de legitimidade, porque os eleitores quando votam já sabem com o que contam, e noutros, no discurso de vitória, nesse caso, completamente à revelia dos eleitores, anunciassem como primeira medida do seu mandato a contratação de uma auditoria às contas da responsabilidade da gestão anterior.

O que poderia parecer um contributo para a transparência e para a responsabilização não é mais do que uma moda e um acto de gestão contraproducente e quantas vezes irresponsável. Desde logo porque representa mais um encargo para a autarquia, ainda não vi ninguém acrescentar ao anúncio desta primeira medida o anúncio de que, suportaria, pessoalmente, a respectiva despesa. Depois, porque começa logo por violar todas as regras de contratação, começando pelo ajuste directo aqui tão falado pela bancada do PS. Começam a desenhar-se uns contornos de uma encomenda de repente anunciada, ainda no calor da vitória. A primeira medida do novo e imaculado edil vira-se do avesso, e devolve as primeiras pás de lama, atiradas sobre o mandato do seu antecessor, para o seu próprio mandato.

Este relatório da auditoria é tudo isto e tem tudo isto. Mas é, para além de tudo isto, um relatório de auditoria, e a versão final e definitiva de um relatório de auditoria é, sempre e onde quer que seja, emitido apenas depois de uma discussão da sua versão draft, quer dizer, uma versão que antecede a final, e definitiva, onde as conclusões antes de se tornarem públicas e definitivas, são discutidas e esclarecidas com os respectivos responsáveis. É essa a prática que nas empresas privadas de auditoria, assim penso eu, e é essa a prática, por exemplo, da Inspeção Geral de Finanças. Porquê? Pela simples razão que, muitas vezes, mesmo um especialista pode interpretar como errado ou anómalo, algo que, depois de o discutir com quem tem a responsabilidade por uma visão global das contas ou da organização, conclui que, afinal, apenas ajuizou dessa forma por não estar na posse de todos os dados, ou, dentro da mesma lógica, poderá ser o próprio responsável a, confrontado com o erro e estando a tempo de o corrigir, efectuar a correspondente correcção, e, assim, eliminar o que poderia vir a ser uma qualificação de auditoria.

Este procedimento é, para além da parte integrante do processo metodológico, indispensável à luz das boas práticas éticas e deontológicas. É aí, que tem verdadeiramente lugar a discussão interpares.



Não me custa nada perceber que, no caso, este procedimento não tenha sido devidamente observado, é o que acontece quando as auditorias servem para ajustes de contas, em vez de, para ajuste às contas.

A anterior Presidente, Dr.^a Isabel Damasceno, quando teve oportunidade de se pronunciar sobre o que do relatório os jornais faziam eco, acabaria por mostrar um pouco do que teria acontecido neste procedimento, que não ocorreu, quando esclareceu que o endividamento líquido estava calculado de acordo com o previsto na Lei das Finanças Locais, e que, de acordo com esse cálculo, não estava excedido mas a cerca de cinquenta e dois milhões de euros do seu limite. Quando esclareceu que, as transferências patrimoniais da empresa LeiriaPolis para o Município, tinham ocorrido em conformidade com opiniões especializadas e certificadas pelos revisores oficiais de contas (ROC) da Câmara Municipal, ou, quando a divergência entre os ROC da Câmara Municipal de Leiria e os autores do relatório de auditoria sobre esta matéria, é uma evidente questão técnica, discutível como todas e passível de contraditório. Quando esclareceu que as participações sociais do Município estavam contabilizadas à luz de critérios valorimétricos, consistentes e caucionados pela Inspeção Geral de Finanças. Quando, reconhecendo que permaneciam em curso valores de immobilizações que deveriam já estar reconhecidas como concluídas e registadas em corpóreas, referiu que tais transferências se atrasaram pela então recente introdução do novo Plano Oficial de Contabilidade – o POCAL. Como poderia esclarecer que havia ainda um conjunto de passos a dar, no domínio da classificação do immobilizado, para efectuar essas transferências do immobilizado em curso para firme. Quando poderia esclarecer que não faz muito sentido enfatizar esse dado e muito menos pegar-lhe para transformar em objecto de arremesso.

Quer no domínio da maternidade quer no conceptual, afinal são sempre em ambos os casos immobilizações. Claro que se dirá que, se essa transferência tivesse sido efectuada, haveria lugar ao cálculo de amortizações? Que aumentariam os custos do exercício? Mas com que materialidade? A falta de observância daquele procedimento, de discussão intercalar, parte integrante da metodologia e da boa prática ética e deontológica, repito, acabou por enviesar as conclusões do relatório que, a serem verdadeiras e justificadas, acabariam ainda por afectar a imagem profissional do ROC da Câmara Municipal em funções.

E chegada aqui, impõe-se questões ao senhor Presidente da Câmara:



Que opinião tem o senhor Presidente sobre este relatório? E face a este relatório, mantém a confiança no Revisor Oficial de Contas? Que opinião tem o ROC sobre tudo isto? Afinal está aqui em causa a competência técnica de um grupo de profissionais, ou não? Ou em política tudo vale? Eu quero crer que não!

O relatório aponta ainda, pontos positivos e negativos. Eu não me preocupo nada com os positivos, mas gostaria que nos dissesse, senhor Presidente, o que foi feito ao longo do seu mandato, para corrigir e eliminar os pontos negativos apontados, o que foi feito para corrigir o que, afinal, não estava bem, ou não será isso, corrigir e melhorar, o mais importante?

Creio que estas questões deveriam abandonar definitivamente o espaço da discussão e da luta política, onde não cabem e onde nunca deveriam ter chegado, por muito que fosse o jeito que dessem, no incumprimento das manifestas dificuldades reveladas pelo executivo, em encontrar rumo na gestão do Município e da própria casa municipal.

E já agora, uma última questão senhor Presidente.

Eu pergunto-lhe se, além dos senhores do relatório de auditoria, o senhor Presidente também convocou o ROC, para que discutam aqui, em plena Assembleia Municipal, aquilo que eventualmente poderiam e deveriam ter discutido, oportunamente e noutro local.

E já agora, para terminar, eu gostava de dizer ao senhor deputado Luís Pinto, independentemente senhor deputado, da cor política e da raça, somos pessoas, e como pessoas devemos ser sérias e pessoas de bem, e o senhor sabe muito bem e todos sabemos muito bem, que nem esta Câmara nem outra, hoje, se pode endividar e todos sabemos muito bem porquê. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Peço desculpa às senhoras deputadas mas passei, sem querer, a senhora deputada Patrícia Ervilha que já tinha pedido a palavra antes da senhora deputada Clarisse Louro, e a seguir tem a palavra a senhora deputada Clara Monteiro.

DEPUTADA PATRÍCIA ERVILHA (PS)

Patrícia Ervilha, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, minhas senhoras e meus senhores, muito boa noite.



A auditoria financeira de que hoje falamos, plasmou nas suas conclusões a real situação da autarquia. Não avançando com detalhes técnicos, pois não sou de forma alguma a pessoa indicada para o fazer, digo, com segurança, que nesta auditoria são evidentes os traços comuns das suas conclusões, com as ilações da Inspeção Geral de Finanças. O que veio confirmar a justeza do diagnóstico efectuado na fase final da actividade do anterior executivo autárquico.

Os dados são, portanto, claros e falam por si, e factos são factos, não exigem grande argumentar. Lamentavelmente não nos ficaremos pela crueza dos factos, o futuro ainda nos reserva mais surpresas.

Lembro, os sucessivos pedidos dos vereadores do Partido Socialista nos anteriores mandatos, sobre os processos em tribunal contra a Câmara Municipal. As explicações foram escassas. Quando já não era possível calar mais a situação, lá surgia na comunicação social, aqui e ali, uma ou outra notícia, como a célebre decisão da urbanização do Vale da Cabrita, o processo dos terrenos da Escola Dr. Correia Mateus, ou dos terrenos do estádio entre outros.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria permita-me colocar algumas questões:

Em primeiro lugar, quantos processos estão em tribunal contra a autarquia? Em segundo lugar, que decisões foram tomadas que oneram os cofres da Câmara? Em terceiro lugar, que processos a autarquia perdeu por puro laxismo? Também as derrapagens financeiras foram uma prática sucessiva da gestão do PSD. Não falo agora do estádio, pois só os oráculos do PSD continuam a justificar o injustificável, e mesmo esses, não creio que acreditem no que dizem. Podemos falar, por exemplo, da factura das obras do Teatro José Lúcio da Silva. Senhor Presidente da Câmara, quanto de gastou a mais nessa e noutras obras?

Senhoras e senhores deputados, já ouvimos o PSD acusar este executivo de gastar muito dinheiro em estudos, hoje já o ouvimos por diversas vezes.

Ora não há visão estratégica que assente num diagnóstico, em particular quando as políticas autárquicas de gestões anteriores, deixaram o Município numa situação em que dia-a-dia surgem novas anomalias que exigem resolução. Os estudos são necessários, têm que ser creíveis e têm que ter consequências, repito, têm que ter consequências. Enquanto continuarmos a desresponsabilizar os gestores dos dinheiros públicos pelos seus erros, enganos, derrapagens outros que tais, não



devolveremos à acção política o respeito que esta merece, nem aos contribuintes o retorno do seu esforço financeiro. Será que foi isso que o PSD fez? Pergunto!

Recordemos, também, a unidade comercial que nunca chegou a sê-lo. Primeiro apareceram três propostas: uma junto ao IC2, outra na Cerâmica do Lis, outra nos terrenos da Proalimentar. Alimentaram-se expectativas aos promotores, fez-se a apresentação dos projectos com grande pompa e circunstância, e quando era necessário, e expectável, que a autarquia fizesse a selecção dos projectos, não o fez. Sabíamos que era preciso ganhar tempo. O topo norte escaldava cada vez mais nas mãos do PSD, e o PSD decidiu então mandar fazer um estudo sobre a localização do centro comercial. Pelo caminho, goraram-se as expectativas dos promotores, descredibilizaram-se os decisores políticos e a própria Câmara Municipal. E o estudo foi feito pelo Professor Herculano Cachinho, do departamento de Geografia da Universidade de Lisboa, a troco de trinta e um mil euros. É bom lembrar.

É ou não verdade, que enquanto se esperava os resultados deste estudo e se davam esperança de êxito aos investidores do projecto junto ao estádio, já a Câmara Municipal de Leiria estava negociar no recato dos gabinetes a ampliação do centro comercial no Alto do Vieiro? Esta pergunta já foi formulada na anterior legislatura desta Assembleia Municipal, sem nunca ter resposta convincente. É ou não é verdade?

E continuando na série dos estudos pagos e sem consequências práticas, é bom lembrar também, entre outros, os estudos de mobilidade interna da cidade encomendados a várias entidades, sendo o último apresentado ao Instituto Politécnico de Leiria. Consequências? Mais uns anos de atrasos e mais uma etapa. E agora, a dita unidade comercial iria para o topo norte. A autarquia deu mais um passo e seleccionou os projectos, mas não foi capaz de gerir o processo até à notificação do promotor vencedor para iniciar a obra. O primeiro concorrente desistiu, evocando incumprimento dos prazos.

Em suma, a autarquia deitou no lixo o estudo, deitou fora as milhares de horas de trabalho dos seus funcionários, deitou fora trinta e um mil euros dos contribuintes, e mais uma vez, deu um golpe fatal na sua credibilidade. Este processo é do conhecimento público senhor Presidente da Câmara, existem outros?

Senhoras e senhores deputados, aqui estão exemplos da gestão ruinosa das sucessivas equipas que geriram os destinos da autarquia. Sim, são do passado, dirão todos como têm dito sucessivamente esta noite, mas este passado, é o que Vossas



Excelências tanto insistem em ignorar, compromete o futuro e paralisa-o, e acima de tudo define a forma como os senhores decidiram deixar este Município. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigada senhora deputada. Então agora a senhora deputada Clara Monteiro a quem peço desculpa pelo equívoco de há pouco.

DEPUTADA CLARIA MONTEIRO (CDS/PP)

Boa noite.

Clara Monteiro, CDS/Partido Popular.

Senhor Presidente da Assembleia, senhora secretária e senhor secretário, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, comunicação social, minhas senhoras e meus senhores.

De facto nós tínhamos algumas considerações, aliás, várias considerações, sobre este relatório de auditoria aqui apresentado. Mas, acontece o seguinte:

Há pouco, chegou aqui ao nosso conhecimento, uma carta datada do dia 10 de Dezembro, endereçada ao senhor Presidente da Câmara, e, o remetente são os anteriores auditores que auditaram estas contas de 2006 a 2009. Claro que eu não vou ler a carta, o senhor Presidente se quiser fará esse favor, mas eu leio apenas a nota final. Esta carta é sobre esta auditoria e a nota final diz que "*O relatório da auditoria em apreço apresenta diversas conclusões e constatações erróneas, e opiniões no mínimo discutíveis, e que não contribui para o acerto das conclusões, constatações, daí extraídas.*" Perante isto, não merece qualquer comentário da nossa parte, e o senhor deputado Luís Pinto disse que todos os estudos e todas as auditorias, e tudo o que é apresentado pelo Partido Socialista, é credível, é verdadeiro. Eu sinceramente já não sei o que é que se está aqui a passar, isto já não é só uma guerra de partidos, já não é só uma guerra de presidentes, agora parece que é uma guerra de auditores. E portanto, isto para nós é um não assunto e tenho dito!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhora deputada Ana Paula Silva.



DEPUTADA ANA PAULA SILVA (PSD)

Boa noite!

Ana Paula Silva, independente, PSD.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Exmas. senhoras e senhores deputados municipais, Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Exmas. senhoras e senhores vereadores

Exmas. senhoras e senhores jornalistas, Minhas senhoras e meus senhores.

Sem ter a veleidade de apreciar tecnicamente o documento, tarefa essa que compete aos profissionais, aprez-me dizer que nos documentos que li e reli deste relatório de auditoria, algumas palavras se evidenciaram, tais como: " *na nossa opinião*"; " *na nossa análise*"; " *a nosso ver*"; " *no nosso entendimento*"; entre outras, espalhadas ao longo das páginas do relatório.

Pensava eu, que os números não eram passíveis de originar opiniões, na medida em que são concretos e objectivos, e não dados a interpretações subjectivas; assim, e salvo opinião em contrário, perdoem a verbosidade, fiquei com a convicção que se ao dia de hoje, se outra Auditoria fosse pedida quer por este executivo ou por outro, quer a esta empresa que efectuou a auditoria quer a uma outra empresa sua concorrente, teríamos, quase de certeza, outros resultados, pois de outras opiniões se tratariam.

Mas, organismos oficiais, existem, que tratam estes assuntos, nomeadamente o tão propalado endividamento líquido municipal, com a devida responsabilidade que lhe é exigida, pois quem dita os trâmites dos procedimentos é a lei das Finanças Locais que tem o conceito do seu apuramento de forma muito clara, como podem comprovar consultando a Lei nº2/2007 de 15 de Janeiro.

Por sua vez, a Direcção-Geral das Autarquias Locais, divulga esse mesmo resultado, e como também se pode comprovar no seu site, a 31 de Dezembro de 2009, a Câmara de Leiria tinha uma capacidade de endividamento de cerca de 52 milhões de euros. Contudo, este relatório de Auditoria não o evidencia.

Ao analisar as páginas 77 e 78, nomeadamente as rubricas de endividamento a curto, a médio e longo prazo e ao endividamento líquido, só pude retirar uma ilação:

- Os resultados desta auditoria baseiam-se em opiniões divergentes sobre o exercício contabilístico adoptado na prática do exercício e em critérios subjectivos e não concretos que colocam em causa a equipa de profissionais que nesta casa trabalham, o trabalho do Revisor Oficial de Contas da Câmara, a empresa que anualmente



audita as contas da Câmara Municipal, a Direcção-Geral das Autarquias Locais que o aceitou e divulgou no seu site, e a Inspeção Geral das Finanças que o reconheceu como válido.

A data da auditoria é de 30 de Junho de 2010 e é hoje 25 de Janeiro de 2011 que a estamos a discutir, 7 meses se passaram, várias assembleias municipais tiveram lugar, uma delas onde se discutiu o orçamento para 2011 e onde, na minha opinião, esta discussão poderia ter tido lugar, por isso a análise e discussão desta auditoria hoje, encontra-se também ela desfasada.

Possivelmente terão havido razões para tal distância temporal, mas se esta auditoria esteve guardada 7 meses para ser utilizada como uma bomba atómica, é caso para dizer e perdoem-me o vernáculo da expressão, que a montanha pariu um rato.

Foi distribuído, há pouco, no intervalo, às senhoras e senhores deputados, uma carta da Sociedade Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., datada de 10 de Dezembro 2010, em resposta a um email enviado pelo senhor Presidente da Câmara datado de 2 de Dezembro 2010, a pedir, eventualmente, esclarecimentos sobre a auditoria datada de 30 de Junho 2010. Realçemos o tempo decorrido entre umas e outras acções.

Nesta carta que vos foi distribuída, e que eu li atentamente também, confirmei as minhas ilações perante os seus comentários e explicações, e em especial as notas finais de cada ponto, que me recuso determinadamente aqui a estar a perder tempo a citar, penso que os senhores deputados têm a carta, e poderão exactamente fazer essa análise.

O parágrafo final, que a deputada Clara Monteiro frisou, foi para mim o suficiente para concluir que esta Auditoria está gasta, consumida e esgotada no seu propósito. Não serviu para nada e para nada serve. É caso para dizer que estamos hoje, relativamente a este ponto da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal de Leiria a discutir o tal “não assunto”.

Com falta de liquidez andam maioritariamente todas as famílias em Portugal, todas as Juntas de Freguesia, todas as Câmaras Municipais, salvo raras excepções como é por exemplo aquela que me vem à ideia, a Câmara Municipal de Ponte de Lima, todas as associações, sejam elas culturais, desportivas ou outras, até o Governo de Portugal anda pelas ruas da amargura, estendendo a mão a países, alguns de democracia duvidosa, para que nos comprem dívida pública.



Dizer-se eventualmente que a Câmara de Leiria não tem liquidez porque não está a arrecadar as receitas habituais e porque a conjuntura económica do País não o permite, é uma coisa, mas dizer-se que a Câmara Municipal esgotou a sua capacidade de endividamento quando todos os organismos oficiais o contradizem, é outra. Na minha opinião é enveredar por caminhos tortuosos.

Senhor Presidente, o senhor, com o devido respeito, já não é novo nestas andanças, nem na política nem na gestão autárquica, foi Presidente de uma outra autarquia, mais pequena, quer demográfica quer territorialmente, foi noutros tempos é certo, nos tempos em que o dinheiro mais ou menos abundava também é certo, infelizmente nem é o tempo nem é o caso agora.

Mas é nas situações mais agrestes, que a fibra de que somos feitos tem que ser, essa sim, levada ao limite das nossas capacidades, de colocarmos toda a força, conhecimento, empenho, e independência, na resolução dos problemas e na construção de um desenvolvimento sustentado e não ficar cativo de uma subordinação resignada ou fatalista a terceiros, e menos procurar culpados e esgotar a pouca capacidade financeira da Câmara Municipal com estudos, auditorias e afins, e depois cortar às cegas as verbas para as Juntas de Freguesia e para as associações culturais do concelho, como foi o caso dos cortes aos ranchos folclóricos e às filarmónicas, contribuindo assim para a morte lenta da entidade cultural do concelho, de uma região. Isto é um paradoxo!

Também existe um legado que se tem a obrigação de preservar.

O município de Leiria, em dezasseis concelhos do distrito de Leiria é o quinto melhor no endividamento *per capita*, e no que toca a capitais de distrito ocupa o sexto lugar nacional. Nunca foi citado pelo IGAL como esgotado na sua capacidade de endividamento, e muitas outras situações para as quais o concelho de Leiria tem servido de exemplo a nível nacional, como o empreendedorismo das suas gentes.

Não se pode ver aí o incentivo de continuar a tudo fazer para que o Município de Leiria se mantenha, pelo menos, nos lugares que ocupa?

Se ao invés de gastar tanto dinheiro nesta auditoria, que segundo o que ouvi dizer, ficou em cerca de sessenta mil euros, que não nos trouxe nada de novo, que não acrescentou nada ao que todos já sabíamos, tivesse antes sido encomendado, uma análise SWOT com os devidos ajustes pelo facto de se tratar de um organismo e não de uma empresa, hoje talvez pudéssemos estar a discutir as Forças e as Oportunidades do concelho, e a potenciá-las visando um desenvolvimento



sustentado. Talvez pudéssemos estar a encontrar as soluções para as suas ameaças e fraquezas e tentar colmatá-las.

Já hoje nesta casa ouvi, que o grupo do PSD e creio que todos os grupos desta casa, estão na disposição de colaborar de uma forma positiva para o desenvolvimento do concelho e para que se encontrem as melhores soluções.

Relativamente ao dinheiro empregue, eu diria que então sim, esse dinheiro teria sido muito bem empregue, pois dessa análise sairiam as linhas mestras para planear futuro, e o mais importante de tudo, começar a pensar efectivamente em melhorar as condições de vida dos leirienses, começar a pensar LEIRIA e deixar de pensar e de perder tempo em tricas e mais tricas político-partidárias, que não nos levam a lugar nenhum, e muito menos senhores deputados, discutir tijolos, pintura e rebocos à mistura, é importante propor ideias e encontrar soluções.

É tempo de começarmos a fazer o que deve ser feito, analisar, debater, sugerir, criticar positivamente as opções que lhe são apresentadas, e destas benéficas e profícuas acções, aprovar o que for realmente melhor para o concelho, para que os leirienses melhorem a sua qualidade de vida, o seu nível de vida, e se colmatam as suas necessidades e se planeie o concelho tendo como horizonte o seu desenvolvimento.

De acordo com as notícias trazidas a público, o Governo português obteve um empréstimo/linha de crédito no BAI, com um juro francamente simpático face aos anteriormente contraídos.

Esse empréstimo ou linha de crédito será, em grande parte, canalizado para os municípios, permitindo-lhes assim, fazerem face às contrapartidas próprias dos projectos co-financiados.

Face à tão propalada e propagandeada incapacidade de endividamento da Câmara Municipal de Leiria que esta Auditoria tentou inutilmente evidenciar, faço uma pergunta senhor Presidente:

A Câmara irá ou não recorrer a estes fundos?

Se não recorrer, não irá este executivo matar os projectos co-financiados e tão necessários para o desenvolvimento de Leiria?

Se sim, senhor Presidente, como explicará aos leirienses, que a Câmara Municipal de Leiria, afinal, ainda tinha ou tem ou terá capacidade de endividamento?

Senhor Presidente, já uma vez disse aqui nesta mesma Assembleia " um homem fica sempre refém da sua palavra", não persista neste erro, nesta forma de governação



enviesada, não fique refém de ninguém, há sempre tempo de emendar a mão, e Leiria e principalmente os leirienses, merecem mais, muito mais, do que isto que têm tido nos últimos catorze meses.

Não resisto a pedir aos senhores deputados, por favor, que têm e tiveram acesso aos relatórios das auditorias, que agora o analisem face à carta que vos foi entregue, e penso que chegarão à conclusão que mais uma vez esta casa está a discutir um não assunto, está a discutir aquilo que não interessa ao desenvolvimento do concelho. Há tanta coisa por aí fora para se fazer, é isso que nós estamos aqui para fazer, foi isso que nos propusemos a todos os leirienses, independentemente da cor partidária a que possamos pertencer ou não cor partidária. É pedir muito que esta casa comece a fazer e a dignar-se a ela própria e aos deputados que aqui estão? Mas acima de tudo os leirienses. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Tem a palavra o senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Meus amigos, hoje é um grande dia! É efectivamente um grande dia.

Hoje chegámos ao momento chave, é o momento exactamente que toda a gente estava à espera, o contador finalmente é posto a zero. A partir de hoje, não há mais tiros de pólvora seca, não há mais desculpas para coisa nenhuma, a partir de agora é que vamos ver a Câmara a começar a trabalhar, a apresentar os seus projectos, porque, finalmente temos aqui o juízo final acerca do passado. Falámos da Leirisport, falámos da auditoria financeira, não sei, têm mais algum cartucho na manga para pôr? É altura agora de começarem a trabalhar e de dizerem ao que vão, é altura de começarem a apresentar o vosso programa e de começarem a cumprir, já chega de falar do passado. Hoje, é o dia em que pomos o contador a zero. Espero que a partir de agora, não venham a existir mais desculpas acerca do passado.

Mas esta peça que hoje trazem aqui e que é apresentada aqui de forma impoluta, como um estudo muito importante para nós sabermos o ponto das nossas finanças, já vimos aqui que, pelo menos, o revisor que trabalha para o próprio Município e que não foi ainda destituído, tem uma opinião substancialmente diferente daquela que vi



no documento que é apresentado. Mas, eu gostava de puxar aqui uma nota, que vem na página setenta e oito do relatório, que diz a certa altura o seguinte:

" A forma como se apura o endividamento líquido, não é, em nossa opinião, coerente para se poder tirar correctas conclusões acerca do nível de endividamento do Município." É, a opinião que os auditores exprimiram de uma forma clara, acerca da forma como o cálculo do endividamento líquido que estava a ser apresentado anteriormente. É a opinião deles, eles acham que não está correcto.

Meus amigos, eu como diz o outro, não sou de intrigas, e portanto recomendo que se faça uma coisa tão simples quanto isto:

A Lei das Finanças Locais diz no seu artigo 36º, qual é o conceito de endividamento líquido municipal que se deve aplicar, e o artigo 37º diz a forma como se calcula o limite de endividamento líquido municipal. Eu recomendo às pessoas que leiam a lei, peguem na fórmula, façam as contas, e depois tirem as vossas conclusões. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Conceição.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores deputados municipais, minhas senhoras e meus senhores.

Eu penso que, e peço desculpa, não sou um especialista, sou licenciado em Línguas e Literaturas, com uma pós-graduação em Gestão e os últimos doze anos da minha vida eu passei-os a administrar empresas. Portanto, não sou um especialista e não quero discutir tecnicamente a auditoria que analisei detalhadamente e vi também este relatório, e penso que estamos conversados, sinceramente penso que estamos conversados. E de facto, pegando nas palavras do deputado João Cunha, importa que percebamos bem o que estamos a falar. Ainda há bocado uma colega da bancada vizinha, nos dizia que isto é um não assunto. E é um não assunto porquê? Porque foi mal tratado e acho que vale a pena nós quando vimos a esta câmara falar, e quando vos dirigimos algumas palavras, importa que saibamos bem o que estamos a dizer, que é para não correremos o risco, depois, de fazermos uma figura, se calhar, não muito positiva.



Eu não estou a discutir que a Câmara de Leiria está numa situação de super ávido ou de liquidez excessiva, não é isso que eu estou a discutir. Eu estou a discutir é que tecnicamente as contas estão certificadas e têm sido certificadas todos os anos. E temos aqui de facto algum contraditório, de pessoas que até conheço e que são competentes e por isso é que continuam a trabalhar para a Câmara, porque se assim não fosse eu não acredito que o senhor Presidente mantivesse uma equipa que não lhe dá garantias e que não é competente, eu não acredito e penso que vocês também não acreditam.

Agora, eu volto a dizer duas coisas, vamos ser todos muito honestos, como somos. O dinheiro hoje custa dez vezes mais do que o que custava há quatro anos. Obviamente que o orçamento da Câmara, em termos de custos financeiros e custos de endividamento, provavelmente, vai derrapar, é óbvio, mas isto não era de antever há uns anos atrás, todos fomos surpreendidos. Portanto nós hoje, quando estamos a falar de algumas coisas, peço-vos, sê cautelosos, fazendo-me lembra o Diácono Remédios "tende juízo". Temos que pensar que hoje está tudo muito mais caro, e nós fazemos o quê lá em casa? Cortamos! É exactamente o que a Câmara tem que fazer, então se as pessoas constroem menos cobramos menos licenças, temos menos receitas, e a Câmara, e seguramente o senhor Presidente está a fazer isso, tem que cortar, porque mesmo sem fazer nada há custos que disparam, que sobrem. Agora eu acho que a bancada do Partido Socialista faz aqui intervenções pouco sustentadas, mal sustentadas, mal fundamentadas, como sem o PS fosse um grande gestor, o PSD fosse um péssimo gestor, e finalmente chegou gente séria à Câmara. Por favor! Nós não podemos ir por aí, não é o caminho, até porque não é verdade. Até porque se olharmos para as câmaras mais endividadas do País, vamos perceber quem é que as lidera, e se olharmos para o País e para o estado do País também vamos perceber porque é que chegámos e como chegámos. Portanto, perdoem-me, eu tenho muitas dúvidas sobre a gestão socialista, tenho muitas, e não podemos esquecer outra coisa, é que nestes anos todos que toda a gente diz que são os últimos vinte ou trinta anos do PSD na Câmara de Leiria, os elencos tiveram gente que não era do PSD, tiveram vereadores do Partido Socialista por exemplo, incluídos nalguns sítios e nalguns clubes. Eu cheguei agora mas isto é público, basta fazer uma consulta e ter algum cuidado.



E então, o custo do dinheiro é outro e a quebra de receitas é outra realidade que temos que vencer. Eu tenho os mapas do endividamento também, e sugiro que os consultem, eles estão disponíveis.

Mais uma vez, o PSD demonstra a sua vontade positiva de cooperar, estamos disponíveis, criar equipas de trabalho senhor Presidente, estamos disponíveis para ajudar sabendo que há aqui uma realidade nova que enfrentamos hoje, que não era sequer expectável há dois e há três anos atrás. Se vivemos um novo tempo com novos desafios e com novas realidades, pergunto-vos eu: porque é que não insistimos em discutir o Afonso Henriques que fez o castelo num péssimo sítio? Dava lá um hotel fantástico. Vamos em frente! Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Na sua proverbial sabedoria o Sr. Presidente da Câmara veio há pouco tempo, cerca de um ano depois de tomar posse, pôr as coisas em pratos limpos:

- Primeiro afirmou, criando um sururu entre as hostes rapidamente abafado, que «se fosse hoje não estava para aí virado», entenda-se para a candidatura;
- Depois veio dizer que deveria ter sido presidente da câmara há oito anos atrás, ou seja, quando ainda haveria fatura de dinheiro e a tempo de inaugurar o seu diamante para o Euro 2004.

O Sr. Presidente da Câmara sabia, ou deveria saber, muito bem ao que vinha. Foi vereador e tinha acesso à informação. Por isso estas declarações também têm como leitura a confissão serôdia da incapacidade de gerir num quadro de falta de abundância e de facilidades.

Acima de tudo são manobras de vitimização, do que não pode fazer porque não lhe dão as condições.

Curiosamente, ou talvez não, nunca lhe ouvimos ou lemos declarações enquanto vereador do mandato anterior a insurgir-se contra a realização de alguma despesa em concreto porque isso iria provocar problemas orçamentais ou financeiros. Por isso o Sr. Presidente da Câmara tem a sua quota-parte de responsabilidade na situação financeira que atravessamos.



A questão financeira é introduzida no debate político eleitoral como a questão central da campanha de Raul Castro e por arrasto do PS. É nesse contexto que é anunciada, prometida, uma auditoria, instilando-se assim permanentemente a dúvida sobre a fiabilidade dos números das contas.

E assim surge, por ajuste directo com convite a quem se quis, esta “auditoria” de conveniência que na estratégia de vitimização montada por Raul Castro e o PS tinha destinado um papel de esteio fundamental.

Mas desta vez a montanha nem um rato pariu. A montanha abortou!

Se há alguma coisa de revelador, de bombástico é a revelação de uma sociedade de auditoria que realizou um trabalho para o qual não está tecnicamente capacitada.

A ignorância é atrevida e a correcção tem perna curta. Não vamos enveredar pelos caminhos para nós quase insondáveis das matérias contabilísticas. Fiquemo-nos por aquilo que tem a ver com as leis para avaliar a qualidade técnica do relatório e a capacitação de quem o elaborou. E podemos já adiantar que se o nível técnico no plano contabilístico for correspondente ao jurídico-administrativo então estamos conversados...

Ilustremos com alguns poucos mas elucidativos exemplos.

Na página 6 diz-se que não foi disponibilizada nem tiveram conhecimento se foi realizada prestação de contas intercalar à data do fim do anterior mandato. Mas não tinha sido possível perguntar tempestivamente? O que os impediu de formular tal questão? E não sabem o que diz a lei sobre essa matéria? Nem perguntaram?

Dizem por mais de uma vez que há muitas aquisições de imobilizado, nomeadamente referentes a escolas e edifícios desportivos, contabilizadas directamente como custos, subvalorizando-se assim o activo municipal, dizemos nós.

E também se diz que há 130 edifícios e os terrenos onde estão implantados que não estão inventariados, subvalorizando-se assim também o activo, dizemos nós.

Por isso perguntamos. Os montantes são relevantes? Porque é que isso acontece? O Relatório não responde a estas questões.

E, perguntamos ainda nós, porque não foram feitos aqui os ajustamentos e os recálculos como fizeram quando consideraram na sua doura opinião que os resultados apresentados sobrevalorizavam os activos? Porque não convinha? E não convinha porque ia aumentar o activo e melhorar os resultados e outros indicadores contabilísticos? Quem responde a este desplante pretensamente analítico?



E feitos todos os ajustamentos, ficávamos com mais, com menos ou com igual montante de dívidas e de dinheiro para investir? Não sendo especialistas sempre nos parece que ficávamos exactamente na mesma no que respeita às dívidas e à capacidade de investir.

Dizem que «existem dezenas de ajustes directos para aquisições que poderiam ser realizados com recurso a outro tipo de procedimento concursal». Mas quais? Porquê? Com que fundamento? Legal? Económico? Não se sabe porque não esclarecem, mas supõe-se que não invocando violação da lei não se trata de problemas de legalidade.

Dizem que os apoios atribuídos às Obras Sociais do Pessoal após a entrada em vigor da Lei do Orçamento do estado de 2007 não poderiam ter sido concedidos. Mas porquê? Não sabem que esses apoios estavam a ser concedidos em todo o país? Não sabem que há outras opiniões e mesmo um despacho do Secretário de Estado das Autarquias Locais a dizer que a norma do OE invocada não se aplicava às autarquias locais, tal como diziam as organizações representativas dos trabalhadores? E também aqui não tiveram arte e engenho para perguntar, para se informarem?

Diz-se que a cobrança coerciva «nem sempre pode ser accionada» por «não estar contemplada em determinados regulamentos». A cobrança coerciva, através da execução fiscal, decorre da Lei Geral Tributária e o processo executivo decorre conforme dispõe o Código de Procedimento e de Processo Tributário. E o *Regime geral das taxas das Autarquias Locais*, de 29 de Dezembro de 2006, dispõe que «as dívidas que não forem pagas voluntariamente são objecto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal» Por isso não se entende a conclusão. Foi por desconhecimento? Não perguntaram? Foram mal informados?

Diz-se que as dívidas de cobrança duvidosa correspondem, na sua grande maioria, às dívidas de impostos directos e impostos indirectos. Mas os impostos directos são o IMI, o IMT, o Imposto Único de Circulação e a Derrama e os abolidos Imposto sobre Veículos, a Contribuição Autárquica e a Sisa. Impostos cujos processos de liquidação e cobrança decorrem nos serviços do Ministérios das Finanças. E os municípios não têm informação que lhes permita saber se nessas receitas há alguma dívida que deva ser considerada cobrança duvidosa. Então como é possível produzir semelhante afirmação?

Diz-se, na página 75, que os empréstimos de curto prazo não podem exceder 10% do montante das receitas do município, que os de médio e longo prazo não podem



exceder 100% do montante das receitas do município e que o endividamento líquido não pode exceder 125% do montante das receitas do município.

Bom, não se diz qual o ano de referência das receitas. Será que podemos escolher o ano que der mais jeito, aquele que tiver mais receitas?

Por esta grossa burrice e só por esta estamos convencidos que o município tem o direito de pedir uma indemnização pela conflagrada falta de qualidade desta sociedade e da equipa que aqui esteve, tal como, obviamente, do relatório fabricado.

É claro que há um ano de referência para as receitas, é o ano anterior.

É claro que o montante dos contratos de empréstimos de curto prazo é de 10% mas do montante de determinadas receitas do ano anterior;

Mas não é verdade que os montantes dos empréstimos de médio e longo prazo possam ser de 100% das receitas nem sequer de 100% das receitas do ano anterior ou mesmo de determinadas receitas do ano anterior. O que a lei diz é bem diferente, é que a dívida (amortizações e juros) de um dado ano destes empréstimos de m/l prazo pode ser de 100 de determinadas receitas do ano anterior;

Do mesmo modo também o limite do endividamento líquido num dado ano é de 125% do montante de determinadas receitas.

E as receitas - sempre do ano anterior - são nos três casos os impostos municipais, a participação no FEF e no IRS, a derrama e a participação nos resultados do sector empresarial local. Tudo isto está bem explícito na Lei das Finanças Locais. É só procurar e ler.

E os resultados são extraordinariamente diferentes.

Sobre esta pretensa auditoria não é preciso dizer mais nada. É o descrédito total invocar o seu conteúdo.

Mas foi para confirmar o que o cliente queria ver confirmado que o fornecedor foi contratado. E quanto custou exactamente esta "confirmação", que se diz ser de dezenas de milhares de euros? Diga-nos senhor Presidente da Câmara!

A propaganda da ideologia da disciplina financeira e do rigor orçamental provavelmente é apenas isso, propaganda. Melhor fariam se cobrassem a quem muito deve ao Município, à Leirisport e aos SMAS. As desculpas com a situação financeira destinam-se apenas a desviar as atenções do mau projecto do PS, do clamoroso incumprimento das fartas promessas eleitorais e a abrir as portas às desacreditadas e desgraçadas parcerias público-privadas em que o interesse público fica sempre a perder e a factura aparece sempre com elevados juros para o povo.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra o senhor deputado Vítor Lourenço.

DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

Vítor Lourenço, PSD.

Escuso-me de cumprimentar todos, já fomos tantas vezes cumprimentados esta noite, é apenas duas notas.

A primeira, depois de tão brilhantes intervenções que aqui produziram alguns dos senhores deputados, eu diria apenas a célebre frase do ex-presidente da República, há mais vida para além do orçamento, e julgo que com esta frase poderíamos resumir um pouco do positivo que se passou aqui nesta noite de debate, de autêntico debate. Debate que nos orgulhamos de preparar, senhor Presidente a convocação desta reunião com quinze dias de antecedência deu-nos exactamente essa possibilidade, de estudarmos os assuntos, de os debatermos, confrontarmos os documentos que foram disponibilizados, embora alguns tardiamente.

Mas a minha vinda aqui a esta tribuna é apenas para, em consequência de algumas questões que a deputada Patrícia Ervilha aqui colocou e muito bem, do ponto de vista dela naturalmente, quanto é que a Câmara gastou com isto, quanto gastou com aquilo, e referiu alguns dos projectos onde se gastou efectivamente dinheiro, onde se investiu o dinheiro, no domínio da Cultura.

Gostaria que, senhor Presidente, trouxesse também a esta câmara, a seguinte informação:

Quanto dinheiro recebeu o Município de Leiria, quanto foi buscar a Câmara aos financiamentos externos para a execução desses projectos que aqui foram referidos. Quanto recebeu a Câmara dos programas operacionais da Cultura e para a execução da obra do Teatro José Lúcio da Silva. Quanto recebeu a Câmara do Ministério da Cultura e do FEDER, de dois lados, para a execução da obra do Mercado Sant'Ana. Quanto se recebeu de fundos comunitários para o Agro Museu? Quanto se recebeu de fundos comunitários para o Centro de Interpretação do Lapedo? Quanto se recebeu de fundos comunitários e do programa POLIS para o Museu da Imagem MIMO? Quanto se recebeu de fundos comunitários e do POLIS, para o Moinho de Papel? Quanto se recebeu para os projectos de valorização do Castelo,



nomeadamente a iluminação cénica, quanto se recebeu para outros projectos que não do domínio do investimento em equipamentos. Só no domínio da Cultura.

É bom que traga resposta às questões aqui colocadas pela senhora deputada, mas gostaria também que se trouxesse a esta câmara os milhões de euros que se foram buscar a financiamentos externos, e que exigiu naturalmente muita competência e muito trabalho a quem o realizou. Eu diria que não houve nenhum projecto, no domínio da Cultura, ao nível destes equipamentos, que não tenha avançado sem haver garantias de financiamento externo. Todos eles foram feitos já com essa garantia. E ainda deixámos como herança, dois projectos no domínio da Cultura e equipamentos culturais, com financiamento garantido, o Centro Cívico e o Museu de Santo Agostinho. Estas perguntas gostaria de ver respondidas. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra o senhor deputado Micael Sousa.

DEPUTADO MICAEL SOUSA (PS)

Micael Sousa, Partido Socialista.

A bancada do PSD falou e muito bem em cooperação e apresentar projectos concretos e objectivos. Mas penso que temos que ficar à espera das próximas sessões, porque penso que não apresentaram aqui nenhum hoje. Aliás, penso que toda a Leiria espera por esses projectos com curiosidade. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Luís Pinto

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista,

Eu queria dizer ao deputado João Cunha, que por mais que queira, este não pode ser o contador a zero, porque infelizmente a herança financeira que nos deixam, não pode ter aqui um ponto final, porque está a condicionar todos os orçamentos dos próximos anos e a incapacidade da Câmara de fazer face a todos os compromissos financeiros que vêm de trás. E portanto, infelizmente, e não dizemos isto nem como arma de arremesso nem com satisfação, infelizmente não podemos pôr o contador a zero, desejaríamos fazê-lo, mas infelizmente não o podemos fazer.



Quanto à participação dos vereadores do Partido Socialista em anteriores mandatos, quero dizer-vos que foi uma participação, infelizmente para este concelho, sempre minoritária, mas apraz-nos lembrar que nos executivos do PSD em que os presidentes decidiram distribuir pelouros ao Partido Socialista, houve um largo consenso da sua competência e da herança que deixaram para os vereadores seguintes. Lembrar Joaquim Confraria, João Almeida Eliseu, Mário Matias, Cândido Ferreira, António Sequeira, José Manuel Silva, são boas referências de gestão, de capacidade, que muito honram o Partido Socialista e estamos certos que, quando for feita a avaliação final do mandato da actual equipa que o Partido Socialista apresenta, será em linha com o passado, de qualidade, que o Partido Socialista sempre apresentou a este concelho. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Pedro Biscaia.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Pedro Biscaia, eleito pelo Partido Socialista.

Fomos aqui surpreendidos pela conceituosa intervenção de teor profundamente técnico da deputada Clarisse Louro, onde não faltaram referências à actividade autárquica do passado! Dessa intervenção retive, com espanto, o tom agreste e alguns subentendidos que demonstram inusitada incomodidade perante a actual correlação de forças municipal.

A sua referência à suspeição de falta de isenção do relatório da IGF de 2009, foi já arvorada pela anterior presidente da Câmara Municipal, tendo sido, por isso, desafiada a processar judicialmente os seus autores. Mas, a proverbial sobrançeria, com que muitas vezes nos brindou, não a fez tirar as devidas consequências das suas palavras.

E, embora o traço comum de denúncias de irregularidades processuais persistam na auditoria agora conhecida, mantém-se a incompreensível teimosia dos mesmos protagonistas em não assumirem os erros evidentes, públicos e irrefutáveis, apesar do passe de mágica da distribuição desta carta do ROC da Câmara, onde se pode ler apenas uma declaração de fé.

Pessoalmente nunca questioneei, nem questiono a acção individual, que considero materialmente séria, dos senhores Vereadores da anterior maioria. Igualmente não



sou daqueles que acham que todo o passado foi negativo e, eu próprio, apoiei alguns projectos então propostos. Mas o estado das finanças municipais deixa alguma dúvida de que houve uma gestão, no mínimo, problemática? Agora o QREN já não tem as costas largas para todos os males? Suspeitamos porque se esqueceram disso...

Agora a causa de todas as dificuldades já não é a aplicação do POCAL?

Compreendo e saúdo a vibrante convicção dos novos colegas deputados Ana Paula e Carlos Conceição, mas peço-vos o favor de nos darem o benefício da dúvida acerca da amplitude da nossa persistente e fundamentada crítica, durante a anterior legislatura autárquica. Se nos tivesse sido dada mais atenção, se tivesse havido maior cultura de aceitação da diferença, estaríamos, hoje, a discutir uma realidade mais feliz.

Mas, independentemente da vontade, cada coisa é o que é. Não mais!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

O senhor Presidente da Câmara foi interpelado várias vezes ao longo da sessão e portanto dou-lhe a palavra para responder às dúvidas e questões que foram suscitadas.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Muito obrigado senhor Presidente!

Eu, mais uma vez, queria dar nota da facilidade com que algumas das palavras foram aqui proferidas. Eventualmente o tom e até aquilo que na minha perspectiva tem uma natureza eventualmente ofensiva, de pessoas que eu prezo, de pessoas que eu considero, e não será pelas intervenções que vou deixar de manter essa consideração, mas se quiserem ver dinheiro gasto em estudos e que não tiveram aproveitamento nenhum, temos aqui uma lista.

Mas não é por aqui que a gente deve ir. Queria mais uma vez, porque realmente começa a ser repetitiva alguma sensação de não haver vontade, eu não diria ignorância, mas não haver vontade em entender o que é que se está a passar, quando se põe em causa a capacidade ou não, de endividamento da autarquia.

Na última assembleia, se a memória não me falha, foi aqui muito bem explicado pelo deputado António Sequeira como é que é isto do endividamento. Há regras, já ouvimos aqui hoje, e a grande questão que se põe para a autarquia não é aquilo que



é essencial, que é o endividamento bancário. Esse também tem regras. O dizer-se que é cinquenta e um milhões, pois, é possível, mas não é na banca, é com fornecedores, porque se ultrapassarmos esse montante juntamente com a dívida à banca, a dívida corrente, há sanções. Portanto, fique bem claro de uma vez por todas. E dou-vos aqui este exemplo, que são os orçamentos que têm sido apresentados e que nós justificámos porque é tinha que ser:

Se nós temos um montante de despesa, como aconteceu para 2010, de cerca de cento e vinte e sete milhões, e sabendo-se à partida que não iríamos ter aquela receita, e dou aqui a nota que fizemos sessenta e quatro milhões, que é um resultado superior em termos de eficácia ao do ano de 2009, e na altura depois da aprovação de contas cá estaremos, para dizer que a lei permite-me, não tendo a receita dos cento e vinte sete milhões, mas eu posso contrair despesa de cento e vinte e sete milhões. E o dinheiro? Ficamos a dever! Quando se fala de um endividamento de cinquenta e um milhões, é aquilo que é determinado em legislação específica, que contempla o serviço da dívida e contempla a fornecedores. E portanto, recordando aqui aquela cena dos saldos finais e dos saldos iniciais, depois mais tarde apareceu o tal relatório da IGF, que dizia no seu despacho que as contas não são fiáveis, houve aqui, na Assembleia Municipal, acusações, que aquela entidade estava politizada, recordam-se aqueles que cá estiveram antes? Atacou-se uma entidade oficial dizendo que estava politizado. E porque é que nós suscitámos uma auditoria? Bom, se as entidades oficiais são acusadas de algum parcialismo, e vamos ter oportunidade, daqui a mais uns dias, de conhecer outros relatórios, e cá estaremos para perceber o que é que depois dirão, decidimos fazer a auditoria.

Eu já disse aqui e continuo a repetir, não há caça às bruxas, as auditorias servem para perceber o que é que está errado, para nós podermos corrigir. E é isso que nós estamos a fazer. Aquilo que foi aqui dito pela auditoria é o que estamos a tentar regularizar.

Depois ainda, a célebre carta. Nós tivemos o cuidado de remeter ao actual Revisor Oficial de Contas da autarquia o relatório, para ele se pronunciar, e ele remeteu-nos a respectiva resposta que, aliás, é a que está aí a circular. E naturalmente perante isto, eu devolvi ao gabinete de auditoria que realizou esta auditoria, pedi-lhes que analisassem para ver se havia algum confronto para nós percebermos o que é que estava ali que pudesse ser o resultado concreto. Eu tive essa resposta, contraditando obviamente a maior parte das coisas que tinham sido apontadas inicialmente, mas



penso que não é por aí que as coisas têm que ir, aquilo que é essencial nisto é perceber o que é que não está bem. Alguns exemplos que foram aqui já dados:

Como é que é possível, património da autarquia, não estar registado? Como é que é possível que muitos terrenos, como áreas de compensação cedidas à autarquia, não estão registados e alguns já nos deram conta de que já desapareceram. Como é que é possível isto? Isto é boa gestão?

Depois, falou-se aqui de ajuste directo, parece que fomos ali à mercearia ou ao Continente, e escolhemos a encomenda. Só para dar nota, nós convidámos seis sociedades de revisores oficiais de contas (a Delloite, KPMG, J. Camilo & Associados, ABC – Revisores, HM Pereira, a Matos Silva Garcia...), e escolhemos a mais barata, cinquenta e sete mil e quinhentos euros, já demos conta disto. E é preciso perceber que precisamos deste tipo de instrumentos para tentar regularizar as situações, há muitas situações que estão equacionadas e que, adicionando a outras dos relatórios da IGF, são complicadas, e vamos ver daqui a mais uns dias, como há pouco referia, o que é que vão dizer então dos outros relatórios que vão aparecer. Vamos ver!

E portanto, lamento o tom da deputada Clarisse Louro, tenho imensa consideração por si, por outras razões que não vêm ao caso, e dizer-lhe que estamos precisamente a tentar corrigir aquilo que foi identificado e que não está bem, e também não é de um dia para o outro, e naturalmente que queremos estar com a máxima transparência e fazer o melhor que nos é possível fazer.

Queria também dar nota que há mais de cem processos em tribunal contra autarquia, com processos perdidos, alguns com indemnizações elevadas, estou a recordar-me de um que praticamente não se soube, na altura, porque ocorreu o pagamento em Agosto de 2009, ou seja, em vésperas de eleições, cerca de um milhão e duzentos mil euros, que a Câmara teve que pagar naquele momento.

Quanto ao Teatro José Lúcio da Silva, vamos apurar custos para perceber, não os tenho aqui e não sei de memória, mas naturalmente que vamos tentar saber isso, e portanto, quanto a esta história da carta é a carta do actual Revisor Oficial de Contas da autarquia, que põe em causa algumas conclusões do relatório, e depois naturalmente, está em nosso poder as conclusões dessa mesma avaliação, e isto é um processo perfeitamente normal. Não quisemos pegar só numa versão, para vir aqui a tal “montanha”, quisemos ter aqui certezas para nós sabermos como é que havemos de proceder. Não é fácil, como as coisas estavam e como as coisas estão. Há um responsável político, é sempre o Presidente da Câmara, mas há sempre um



responsável administrativo e não se pode manter as coisas quando se dá conta de determinados erros, como há pouco aqui enunciei. Não é aceitável ver o relatório ou uma auditoria, ou uma inspeção, sufragadas superiormente, pela respectiva entidade, e dizer que as contas da autarquia não são idóneas. Imaginem isto nas vossas empresas, imaginem o que é, podia até ter sido lapso, estar a alterar os saldos de um ano para o outro, então mas isto não tem qualquer influência?

Portanto, aquilo que nós queremos é estruturamo-nos de modo a que não nos apontem os erros que têm sido apontados, é simplesmente o que nós queremos.

Queria também dar aqui nota ao deputado João Cunha, não estamos para fazer juízos finais, temos realidades, estamos confrontados com elas, o que queremos que, desde o primeiro dia que dissemos isso, apresentem propostas que possam servir para, eventualmente, serem apreciadas melhor as coisas no sentido de podermos gerir esta casa que é de todos e não é só de alguns, para efectivamente se poder seguir em frente como alguém aqui disse.

Não quero obviamente aqui tecer comentários à intervenção do senhor deputado Carlos Guerra, finalizaria para dizer ao deputado Vítor Lourenço que também sabemos de algumas situações que não correram bem, mas isso estamos todos sujeitos a elas. Como alguém dizia, nós estamos no intervalo entre aquilo que é o passado, que não podemos esquecer, e o futuro que aí vem, que temos se calhar que nos preparamos muito bem, todos em conjunto, porque isto já não é tempo das capelinhas. Esta é a expressão que eu considero e deixo à reflexão de todos, porque realmente esta guerra de capelinhas não leva a lado nenhum, bloqueia, atrasa, e o que aí está e o que aí vem não se compadece com o sentido de responsabilidade que todos devemos ter, gostemos ou não gostemos dos outros. Tenho dito senhor Presidente!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Mais uma vez neste ponto aconteceu o que aconteceu no ponto anterior, que me obriga a dar aqui a interpretação que dou ao Regimento e que dei à organização da ordem de trabalhos, e portanto à atitude que estou a tomar.

Os responsáveis por este relatório de auditoria estão presentes nesta sala, tal como estiveram os responsáveis pelo relatório que foi feito em relação à Leirisport. Verdade seja que, olhando atentamente as sucessivas intervenções à excepção de uma, do senhor deputado Carlos Guerra, não me leve a mal que cite o nome, a



questão técnica do relatório não foi tida em conta, o debate foi um debate essencialmente de natureza política, e portanto não me parece, a menos que a assembleia suscite esse problema, que os responsáveis do relatório de auditoria devam ser ouvidos. Se a assembleia entender o contrário dir-me-á.

Eu faço a leitura da forma como o debate decorreu, mas não posso deixar de transmitir aqui o meu público reconhecimento, enquanto Presidente desta Assembleia, e creio poder falar em nome de toda a Assembleia, de todos os deputados de todos os partidos, portanto o nosso público reconhecimento, a estes cidadãos que elaboraram este relatório, são profissionais, foram pagos para isso mas, que se disponibilizaram a estar presentes na Assembleia Municipal. Não tiveram intervenção mas estiveram aqui connosco, tenho que lhes pedir desculpa em nome da Assembleia Municipal da maçada que foi estarem aqui pela segunda vez, porque já estiveram na última assembleia, mas espero também que compreendam que atenta a natureza dos debates a intervenção que seria técnica, num debate que foi um debate essencialmente político, não teria, do meu ponto de vista, grande cabimento. Mas são credores do nosso reconhecimento tanto no caso dos autores do relatório sobre a Leirisport, quanto no caso dos autores deste relatório de auditoria, portanto muito obrigado.

Darei a palavra para encerrar, como é óbvio em termos regimentais, aos proponentes, ou seja, neste caso, ao Partido Socialista, à deputada Odete João. Tem regimentalmente cinco minutos para fazer o encerramento.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Obrigada senhor Presidente.

Odete João, Partido Socialista.

Deste debate descobri um novo sinónimo do dicionário, é que falar verdade tem como sinónimo discurso de arrogância. Lamento! Mau gosto político? Talvez! Mas é evidente que as opções políticas são distintas, necessariamente cada um de vós, fará o juízo do que é a verdade.

E vimos, aqui, lerem-se conclusões sem a fundamentação. Lembro e repito aquilo que disse no relatório da IGF, que já trazia situações como a omissão da dívida, insuficiência no controlo dos procedimentos internos, e é evidente que isso condiciona toda a análise que possa ser feita.

Portanto, não basta ler conclusões, é preciso ler todo o documento e ter fundamentos para argumentar.



Se esta discussão vem fora de tempo, é bom lembrar que foi o PSD que sugeriu o adiamento desta reunião, não foi o PS. E voltava um pouco atrás. O orçamento deste Município foi aprovado com alguns votos contra do PSD, mas também com uma larga abstenção desse lado da bancada. E eu diria porquê? Porque há o reconhecimento de que o orçamento apresentado pela Câmara para 2011, é já o primeiro passo para reduzir as despesas, sabendo que as receitas são menores. Ter orçamentos de convergência entre a receita e a despesa. E por isso não é possível nós clamarmos que gostaríamos de ter um subsídio maior para o grupo A ou para o grupo B, quando os recursos são escassos eles têm que ser geridos com parcimónia, e todos nós sabemos que há muita coisa a fazer, aliás, a senhora deputada disse isso mesmo, mas é evidente que temos de o fazer com os recursos disponíveis.

Mas também vimos aqui que quando não há argumentos para contrariar aquilo que são os conteúdos, atacamos na forma, levanta-se a suspeição sobre a selecção da empresa que fez a auditoria, levanta-se a suspeição sobre as conclusões a que se chegou, levanta-se a suspeições sobre a forma como o fizeram, e foi dito aqui, que terá sido feito a gosto. Não é verdade!

Este relatório não é mais do que a continuidade daquilo que a Inspeção Geral de Finanças fez há três anos atrás. Temos menos receita logo teremos que ter menos despesa. E foi isso que os dois orçamentos já apresentados por esta Câmara espelharam. Não tem o PS intenção de o fazer de outra forma, e é evidente que quando há falta de controlo de procedimentos internos, não são os vereadores da oposição que têm em sua posse informação suficiente para, na altura, contrariarem o orçamento. Porque acredito que, se o Presidente Raul Castro tivesse em posse essa informação ele teria denunciado enquanto vereador da oposição.

Portanto, teremos que ler as coisas de uma forma articulada e teremos que as ver de uma forma global. Compreendemos, necessariamente, que a oposição esteja comprometida: comprometida de várias formas, comprometida pelo seu percurso, comprometida pela falta de controlo interno, pelas opções políticas, pelas opções ao nível dos procedimentos internos, mas isto não é argumento suficiente. A oposição coloca nesta auditoria razões que não são verdadeiras lançando mão de possíveis ajustes directos ou da suspeição, como já disse, o que está em causa é uma questão de ética.

Também o cumprimento da lei tem que ser sempre feito, e não é um despacho de um qualquer Secretário de Estado ou um acordo entre estruturas que impede que a



lei seja cumprida. Nós estamos num Estado de Direito. Eu penso que o que foi dito aqui, e é muito grave, e não basta dizer que se os outros fazem nós também temos que fazer mal.

Portanto, concluo dizendo que o PS não partilha da mesma opinião do PSD, quando para ele governar foi fácil, porquê? Porque prometeu o que não tinha e fez aquilo para o qual não tinha recursos. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Eu gostava, mais uma vez, de deixar um esclarecimento porque vi que a minha decisão suscitou alguma celeuma. Que fique muito claro, o facto de os senhores auditores não serem ouvidos, não foi responsabilidade minha. As senhoras e os senhores deputados não suscitaram qualquer questão que justificasse a intervenção dos senhores auditores, desculparão, se têm suscitado eu perguntava a esta assembleia se autorizava a que eles falassem, mas não suscitaram nenhuma questão que justificasse a intervenção dos senhores auditores. Eles estavam cá disponíveis, mas tinham que lhes ser feitas perguntas, e não foram. Razão pela qual não me pareceu que eles devessem ter intervenção no debate.

Senhoras e senhores deputados muito obrigado e até à próxima sessão.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 01.10 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse para a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Técnica, transcrevi e subscrevo.-----

APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 25 de Fevereiro de 2011, deliberou por maioria, oito abstenções, aprovar a acta .-



Leiria, aos 25 dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e onze.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

(Carlos Manuel Bernardo Ascenso André)

A Assistente Técnica

(Teresa Paula Pinto)